

PROFESIONALES

INTERNACIONAL



Contact

- 📍 **Leigh Day**
Panagram
27, Goswell Road
Londres
EC1M 7AJ
- ☎ **+44 (0)20 3504 8519**
- ✉ **international@leighday.co.uk**
- ✂ **@leighdayintl**
- 🌐 **leighday.co.uk**
- 📍 **DX 53326 Clerkenwell**

Publicado por Leigh Day © Fevereiro de 2025

É estritamente proibida a reprodução desta publicação, no todo ou em parte, sem a permissão do Leigh Day.

Devido à natureza do trabalho do Leigh Day, este folheto contém descrições gráficas e imagens relacionadas a abusos de direitos humanos. Isso inclui violência, tortura e abuso sexual. Se desejar acessar uma versão somente de texto do folheto, entre em contato conosco pelo e-mail info@leighday.co.uk.

Esquerda:

Leigh Day representou a comunidade Bodo no Delta do Níger, cujo ambiente foi devastado por dois grandes derramamentos de petróleo do oleoduto Trans-Níger, de propriedade da Shell, em 2008.

Mina a céu aberto em Chingola.

Os clientes de Monterrico foram encapuzados, detidos e amarrados juntos enquanto caminhavam. et attachés ensemble alors qu'ils marchaient.



Conteúdo

Bem-vindos	6
Defesa de direitos	8
Como trabalhamos	9
Advocacia e trabalho com outras pessoas	10
Coleta de evidências	11
Lesões ocupacionais	12
Namíbia – Mineração de urânio, Rio Tinto	13
África do Sul – Envenenamento por mercúrio, Thor Chemicals	14
África do Sul – Doenças relacionadas ao amianto, Cape Plc	15
África do Sul & Lesoto – Silicose, Anglo American e Anglogold	16
Bangladesh – Desmanche de navios, Zodiac Maritime Limited	18
Bangladesh – Desmanche de navios, Maran (UK) Ltd	19
Meio ambiente	20
Costa do Marfim – Despejo de resíduos tóxicos, Trafigura	21
Nigéria – Derramamentos de óleo, Shell Bodo	22
Nigéria – Derramamentos de óleo, Shell Ogale	23
Nigéria – Derramamentos de óleo, Shell Bille	24
Colômbia – Poluição da água, Amerisur Resources Ltd	25
Zâmbia – Vedanta Resources e Konkola Copper Mines	26
Zâmbia – Envenenamento por chumbo, Anglo American South Africa Limited	28
Brasil – Poluição ambiental, Brazil Iron Limited	30
Madagascar – Poluição ambiental, Rio Tinto	33
Segurança e direitos humanos	32
Peru – Metais Monterrico	33
Tanzânia – African Barrick Gold (Acacia Mining)	34

Tanzânia – Diamantes Petra	35
Tanzânia – Associação do Mercado de Ouro de Londres (LBMA)	36
Quênia – Camellia Plc	37
Moçambique – Gemfields Limited	38

Internacional e espionagem 40

Reino Unido – Infiltração de espionagem corporativa, K2	41
Arábia Saudita – Spyware, Ghanem Al-Masarir	42
Reino do Bahrein – Spyware e repressão transnacional: Dr. Saeed Shehabi e Sr. Moosa Mohammed ..	44
Ruanda – Spyware	45
Emirados Árabes Unidos – Corrupção internacional / Denúncia de irregularidades, EY	46
Arábia Saudita – Suborno	47

Representação efetiva em nível mundial 48

Exploração e escravidão moderna 50

Lituânia & Inglaterra – Tráfico de pessoas, Houghtons	51
Malauí – Trabalho infantil em fazendas de tabaco, BAT e Imperial	52

Abuso sexual 54

Quênia & Uganda – Abuso sexual, British Airways	55
Tailândia – Abuso sexual, Mark Frost	56
Quênia – Abuso sexual, Simon Harris	57

Violência sexual e de gênero 58

Malauí – Violência sexual e de gênero, Pgi Group Ltd / Lujeri Tea Estates	59
Malauí – Segurança e Direitos Humanos, Camellia Plc	60
Quênia – Abuso sexual, Unilever	61

Ações de direito civil contra o governo britânico 62

Iraque Tortura, Baha Mousa	63
Paquistão, Marrocos e Afeganistão & Baía de Guantánamo – Rendição e Tortura, Binyam Mohamed ..	64
Tailândia & Líbia – Rendição e tortura, Belhaj, Boudchar e Al-Saadi	66
Iraque – Detenção e abuso, civis iraquianos	68

Iraque – Fogo amigo, soldados britânicos	70
Afeganistão – Tortura, Serdar Mohammed	71

Casos de direito público contra o governo britânico 72

Iêmen – Comércio de armas, CAAT	73
Arábia Saudita – Comércio de armas, BAE Systems	74
Palestina – Gaza, comércio de armas	75
Etiópia – Dinheiro de ajuda e abusos de direitos humanos, Sr. O	76
Chile Extradicação, o caso Pinochet	77
Afeganistão – Civis, direito à vida	78
Chipre – Refugiados, R (Bashir & Ors) V Secretary of State For The Home Department	80
Diego Garcia – Solicitantes de asilo	81

Casos históricos 82

Japão – Prisioneiros de guerra, soldados britânicos	83
Alemanha – Prisioneiros de guerra, civis poloneses	83
Quênia – Tortura, Mau Mau	84
Quênia – Munições não detonadas, Maasai	86

Equipe Internacional do Leigh Day 88

Richard Meeran, Sócio e chefe do departamento internacional	88
Sapna Malik, Sócio	89
Martyn Day, Parceiro sênior	90
Daniel Leader, Sócio	91
Oliver Holland, Sócia	92
Tessa Gregory, Sócio	93
Paul Dowling, Sócio	94
Matthew Renshaw, Sócio	95
Melanie Jaques, Sócia	96

Ultrapassando os limites, assumindo uma posição **Página anterior**

Bem-vindos

O Leigh Day é um escritório de advocacia do Reino Unido que trabalha para indivíduos e comunidades prejudicados ou tratados de forma ilegal. Nossos especialistas internacionais em direitos humanos e meio ambiente representam pessoas em todo o mundo que lutam por justiça e desafiam poderosos interesses corporativos e governamentais.

CASOS ENVOLVENDO

- Operações prejudiciais de multinacionais britânicas e sul-africanas no exterior;
- Escravidão moderna;
- Abuso sexual;
- Graves abusos de direitos humanos cometidos por forças ou funcionários do governo britânico; e
- Casos de injustiça histórica. Cas d'injustice historique.

Muitos de nossos clientes vivem em países onde têm pouca chance de acesso à justiça ou de obter a representação legal necessária para fazer valer seus direitos.

Frequentemente, representamos pessoas ou grupos que já passaram anos tentando obter reconhecimento pelos danos causados e obter reparação de empresas britânicas ou do governo britânico.

Desde que foi fundado em 1987, o Leigh Day tem ultrapassado os limites da lei para responsabilizar os poderosos. Obtivemos justiça para milhares de pessoas e levamos casos inovadores aos tribunais ingleses.

Somos reconhecidos por nossa ampla experiência em questões de direitos humanos decorrentes de atividades comerciais.



O Leigh Day é líder em seu campo; poucos se comparam a eles no enfrentamento de questões complexas envolvendo abusos de direitos humanos cometidos por empresas britânicas que operam no Reino Unido e no exterior.

Chambers and Partners 2024



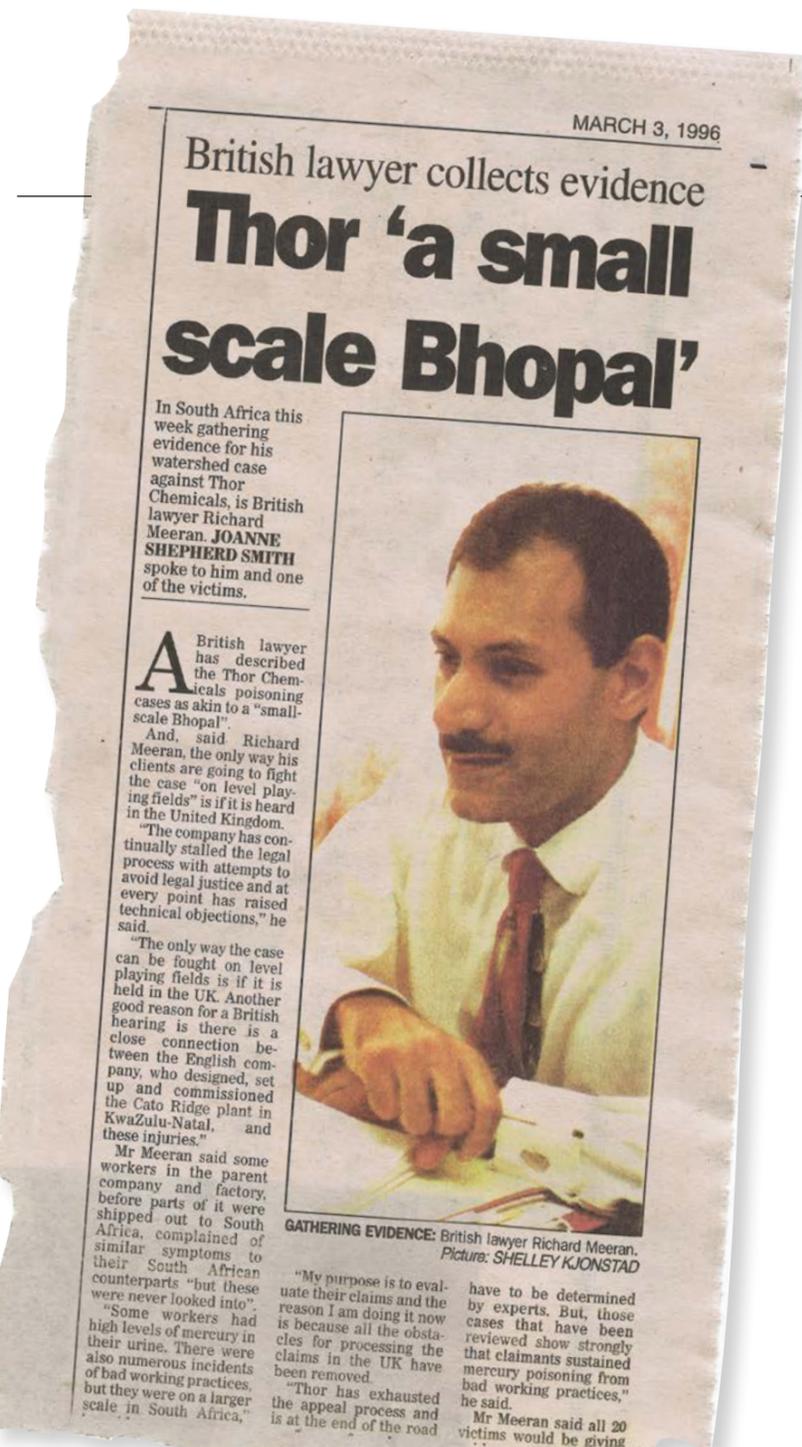
Os nossos casos contribuíram para o desenvolvimento da lei nesta área e os nossos advogados são frequentemente convidados como consultores jurídicos para o Parlamento do Reino Unido, as Nações Unidas e uma série de outras reuniões internacionais. A nossa equipa é também conhecida pela sua experiência em lidar com as complexas leis aplicáveis a queixas contra o Governo britânico. Estes casos abrangem leis nacionais e internacionais, incluindo a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, as Convenções de Genebra e as Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Imagens: a sócia Nichola Marshall se reúne com clientes na Costa do Marfim. – O chefe do Departamento Internacional, Richard Meeran, e a equipe se reúnem com o cliente Daniel Thakamakau. – A associada Kavita Modi se reúne com clientes Mulheres Bodo remando em águas poluídas por óleo em busca de lenha e pervincas, Bodo, estado de Rivers, Nigéria



Defesa de direitos

Acreditamos firmemente que todos os indivíduos e comunidades, independentemente de quem sejam ou de onde vivam, têm o direito de defender seus direitos humanos, inclusive o direito à justiça.



Atuamos em nome de pessoas que sofreram danos e cujos direitos foram violados por empresas e pelo governo.

Não temos medo de enfrentar desafios assustadores. Temos um histórico de ajudar algumas das comunidades mais marginalizadas a enfrentar os interesses mais poderosos – e vencer.

Ajudamos clientes de todo o mundo que sofreram danos causados por empresas britânicas ou pelo governo britânico a levar seus casos adiante na Inglaterra. Há muitos motivos pelos quais as pessoas podem não conseguir acessar os tribunais em seu próprio país. Por exemplo, os tribunais locais podem ter poucos recursos, o que faz com que os casos sejam seriamente atrasados. As vítimas podem ter pouca confiança no sistema judiciário local por acharem que ele é tendencioso ou corrupto.

As pessoas prejudicadas talvez não consigam encontrar advogados locais com a experiência, os recursos e a disposição necessários para assumir seu caso contra uma oposição poderosa. Em geral, o governo britânico também só pode ser processado em tribunais britânicos. Acreditamos que uma consultoria jurídica de primeira linha deve estar disponível para todos, não apenas para governos ou empresas multinacionais.

Como trabalhamos

Entender as necessidades dos clientes é nossa prioridade. Atuamos de acordo com as instruções de nossos clientes e em seus melhores interesses.



Trabalhando com nossos clientes

Seja pessoalmente, por telefone ou por escrito, nós nos comunicamos com os clientes com a maior regularidade possível para fornecer orientações e atualizações e para saber como eles querem que conduzamos seu caso.

Sempre que possível, nos reunimos pessoalmente com nossos clientes; acreditamos que o encontro pessoal é a melhor maneira de entender verdadeiramente as necessidades de nossos clientes. Isso geralmente significa viajar e trabalhar em ambientes desafiadores.

Temos a sorte de contar com advogados que falam uma grande variedade de idiomas. Nossa capacidade interna e o uso de intérpretes nos permitem receber instruções claras e fornecer orientações claras aos nossos clientes quando o inglês não é seu idioma preferido.

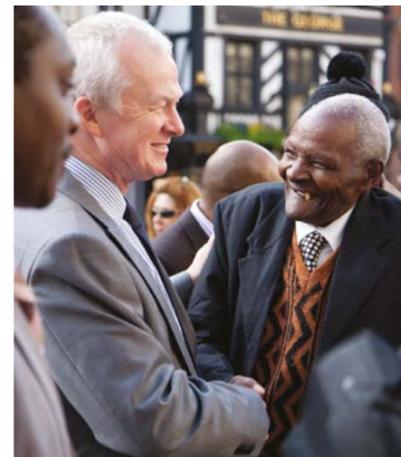
Como escritório de advocacia sediado na Inglaterra, somos regulamentados por um órgão independente, a *Solicitors' Regulation Authority*.

Devemos atender a altos padrões de conduta profissional e ética em todas as nossas relações com nossos clientes e com os tribunais.

Quando atuamos para clientes internacionais, adotamos a mesma abordagem centrada no cliente em nosso trabalho e aplicamos os mesmos padrões elevados.

Durante a pandemia da COVID-19, adaptamos nossas práticas de trabalho para garantir que mantivéssemos o padrão excepcional de serviço que oferecemos aos nossos clientes. Na esteira da pandemia, muitas das práticas que empregamos também nos ajudaram a fortalecer nossas conexões com nossos clientes que vivem no exterior. Estabelecemos relações de trabalho estreitas com ONGs, advogados e partes interessadas da sociedade civil em todo o mundo para gerenciar nossos casos, apesar de não podermos viajar.

Como resultado dessas práticas e relacionamentos, em 2020 e 2021, apesar de estarmos em meio a uma pandemia global, resolvemos com sucesso casos em nome de clientes em todo o mundo. Isso incluiu o Afeganistão, a Tanzânia, Bangladesa, o Quênia, os Emirados Árabes Unidos e o Malawi.



Página 8: Richard Meeran, Chefe do Departamento Internacional, 3 de março de 1996. – Esta página: Equipe do Leigh Day reunida com clientes na África do Sul. – Martyn Day, Sócio Sênior do Leigh Day, com Veteranos Mau Mau do lado de fora do Royal Courts of Justice em 2011.



Advocacia e trabalho com outras pessoas

Os casos de nossos clientes geralmente têm consequências importantes não apenas para eles, mas também para outras pessoas nas comunidades em que trabalhamos e para pessoas em outras partes do mundo. É por isso que consideramos importante estabelecer relacionamentos com organizações locais, nacionais e internacionais para que possamos trabalhar juntos na defesa de uma melhor proteção dos direitos humanos e do meio ambiente.

Em muitos casos, organizações e advogados locais têm trabalhado para destacar as questões levantadas por nossos clientes antes de nos envolvermos. Acreditamos que trabalhar de forma colaborativa com esses grupos é mutuamente benéfico. Por exemplo, a apresentação de um caso na Inglaterra geralmente atrai uma atenção significativa da mídia e pode ajudar a aumentar a conscientização pública sobre as questões de direitos humanos destacadas pelos defensores locais. Ao mesmo tempo, a presença de uma rede de organizações de apoio no local pode ajudar nossos clientes a resistir à intimidação por parte das empresas que estão processando ou em nome delas.

Trabalhar para evitar futuras violações dos direitos humanos é um dos principais objetivos de nosso trabalho. Além de levar os casos aos tribunais, buscamos outras estratégias para fortalecer a lei a fim de impedir que as violações dos direitos humanos ocorram em primeiro lugar.

Em especial, advogamos em fóruns nacionais e internacionais, como o Parlamento Britânico e as Nações Unidas, para promover o acesso à justiça e garantir maior proteção legal aos direitos humanos.



Coleta de provas

Para descobrir o que aconteceu, muitas vezes destinamos recursos significativos à realização de investigações factuais, que podem nos levar ao redor do mundo. De arquivos particulares a consultas com especialistas locais, temos o compromisso de descobrir as provas necessárias para dar aos nossos clientes a melhor oportunidade de obter justiça. Ao buscarmos os casos de nossos clientes, frequentemente pedimos a especialistas médicos, científicos, ambientais e outros que realizem testes, preparem relatórios e forneçam opiniões especializadas ao tribunal.

Quem é o responsável?

Muitas vezes, é difícil para as pessoas afetadas negativamente pelas empresas saberem quem é legalmente responsável pelos danos que sofreram.

A estrutura das grandes corporações multinacionais é geralmente complexa. Normalmente, as empresas sediadas na Grã-Bretanha têm subsidiárias que realizam suas atividades em outros países.

Para evitar a responsabilidade por danos relacionados às operações das subsidiárias, essas empresas frequentemente se baseiam em princípios legais de "personalidade separada", o que significa que, na lei, uma empresa é uma "pessoa" separada que não pode ser responsável pelas ações de outra.

Nos últimos 30 anos, os casos do Leigh Day desenvolveram a lei na Inglaterra e estabeleceram o princípio de que as empresas controladoras podem ter um "dever de cuidado" direto com as pessoas afetadas pelas atividades prejudiciais de suas operações no exterior.

Se a empresa britânica exerceu controle e direção sobre sua subsidiária, podemos reunir evidências para demonstrar ao tribunal que a matriz na Grã-Bretanha deve ser considerada legalmente responsável.

Nossa abordagem vem ganhando cada vez mais reconhecimento em nível internacional.

Acesso à informação

Muitas empresas restringem as informações disponíveis sobre como se organizam e como operam.

Da mesma forma, o governo britânico muitas vezes ocultou documentos importantes sobre suas atividades em diferentes países.

As empresas e o governo geralmente utilizam estratégias para tentar impedir a divulgação de informações relevantes.

No entanto, os especialistas do Leigh Day desenvolveram formas eficazes de combater essas estratégias.

Nossos especialistas têm as habilidades e a experiência necessárias para obter e analisar dados complexos da empresa e grandes quantidades de documentação, em vários idiomas, a fim de apresentar ações bem-sucedidas em nome de nossos clientes.

Também usamos os procedimentos dos tribunais britânicos pelos quais as empresas e o governo podem ser obrigados a divulgar a documentação relevante, incluindo e-mails internos, relatórios, fotografias e filmagens.

Nosso objetivo é garantir que nossos clientes e o tribunal tenham todos os documentos relevantes para o caso, independentemente de onde ou como esses documentos sejam mantidos.

Lesões ocupacionais

As multinacionais que operam em países em desenvolvimento frequentemente se beneficiam de leis e padrões de saúde e segurança menos rigorosos. Os trabalhadores lesionados geralmente acham mais difícil obter indenização em nível local.

Por meio de uma série de casos inovadores, o Leigh Day conseguiu responsabilizar empresas britânicas por não garantirem que os trabalhadores tenham ambientes de trabalho seguros e saudáveis em suas operações no exterior.

Alpheos Blom, principal reclamante em *Blom & Ors v Anglo American South Africa Ltd.*



Namíbia

Mineração de urânio, Rio Tinto

O Leigh Day atuou em favor de um ex-minerador da mina de urânio Rossing, na Namíbia. O caso foi contra os proprietários da mina, a Rio Tinto plc, e foi o primeiro caso desse tipo no Reino Unido contra uma matriz multinacional.

Há todos os motivos para acreditar que este caso exige uma representação altamente profissional, tanto por advogados quanto por especialistas científicos, para que se obtenha uma justiça substancial, e que essa representação não pode ser obtida na Namíbia.

Lorde Goff de Chievely

Julgamento da Câmara dos Lordes, 1997.

Nosso cliente contraiu câncer de garganta, que ele alegou ser resultado da exposição excessiva à poeira na mina.

A Rio Tinto argumentou que o caso deveria ser ouvido na Namíbia. Foi aceito que era impossível para ele obter financiamento para assistência jurídica e especializada para um caso tão complexo na Namíbia, ao passo que na Inglaterra o Leigh Day estava disposto a atuar para ele em uma base "no win no fee" ou financiado por assistência jurídica.

A decisão sobre onde o caso deveria ser ouvido foi para o Tribunal de Apelação e depois para a Câmara dos Lordes. Em um julgamento histórico, os Law Lords decidiram que o caso deveria permanecer nos tribunais ingleses. O caso estabeleceu um princípio jurídico que foi posteriormente aplicado pela Câmara dos Lordes em 2000 em um caso contra a Cape plc para 7.500 mineradores de amianto da África do Sul.



África do Sul

Envenenamento por mercúrio, Thor Chemicals

O Leigh Day representou 42 trabalhadores sul-africanos que haviam sido envenenados por mercúrio na fábrica da Thor em KwaZulu-Natal, na África do Sul. Esse foi o primeiro caso de direitos humanos de uma multinacional no Reino Unido.

Mercury poisoning victims win £1.3m in landmark case

Ian Burrell

A British multinational chemical company has agreed to pay £1.3m in compensation to 20 South African workers who were poisoned by mercury.

Four of the black workers have died and a number of the others are suffering severe brain and other neurological damage. The workers had accused Thor Chemicals Holdings, of Margate, in Kent, of adopting working practices in South Africa which would not have been allowed in Britain.

Yesterday's landmark settlement, which followed the filing of claims for damages in the High Court in London, has serious implications for British businesses with operations in developing countries.

The settlement was announced after a report in *The Independent* last month highlighted the case. Similar claims are being pursued against other British companies owning uranium mines and asbestos plants in southern Africa.

One of the Thor workers, Albert Dlamini, 30, received £10,000 for injuries which have left him walking on crutches and unable to speak properly. He said: "Working for Thor has destroyed my life. I feel very bitter that this British company has taken me to my country and adopted working practices that would never have been accepted in its own country."

The workers first realised something was seriously wrong when three men were taken into



South African employees Gideon Nkala (left) and Patrick Hlangawa who gave evidence against the UK firm Thor

hospital in 1992, suffering from severe mercury poisoning.

Peter Cele, 21, died seven months later. Englebert Ngcobo, 55, was in hospital for three years before he slipped into a coma and died.

They had all worked at Thor's mercury plant at Cato Ridge in Natal. The operation had been set up by the English parent company using technology and systems of operation which had been developed in Britain.

Thor had operated a mercury plant at Margate which, during the 1980s, was repeatedly criticised by the Health and Safety Executive for bad working practices and the over-exposure of British workers to mercury.

Under pressure from the HSE, Thor closed down its mercury operations in Britain in 1987 and expanded them in South Africa, where the plant relied on Zulu-speaking casual,

untrained and unskilled labour.

In bringing their claim, which was also made against the Thor chairman Desmond Cowley, the workers enlisted the support of experts in occupational medicine and toxicology.

In their evidence, the workers testified that rather than trying to reduce mercury levels in the environment, the company adopted a policy of trying to control mercury exposure by replacing workers who had high levels of mercury with new casual employees. Others, they said, were sent to work in the garden until their mercury levels dropped.

Thor had fought to prevent the workers' claims being heard in a British court, even appealing to the House of Lords. But the case had been set for a three-month trial in October.

No one at Thor was available for comment yesterday.

A Thor Chemicals, uma empresa britânica que fabrica produtos à base de mercúrio, foi pressionada pelo Health & Safety Executive do Reino Unido sobre os altos níveis de mercúrio em sua força de trabalho no Reino Unido. Em vez de melhorar as condições na fábrica do Reino Unido, a empresa decidiu transferir suas operações, incluindo a fábrica e os gerentes, para a África do Sul.

A usina Thor, na África do Sul, operava de maneira ainda mais perigosa. Os trabalhadores cujos níveis de mercúrio atingiram o limite máximo foram demitidos ou enviados para trabalhar no jardim. Dois trabalhadores morreram de envenenamento por mercúrio, um deles após ficar em coma por três anos. Muitos outros foram envenenados e sofreram uma série de lesões físicas e psicológicas graves. Um processo criminal na África do Sul resultou em uma multa de apenas £3.000 para Thor por violações das normas de saúde e segurança. Isso não foi um impedimento.

O Leigh Day ajudou os reclamantes a apresentar seu caso no Reino Unido, onde a Thor Chemicals Holdings continuava sediada, e a garantir uma indenização significativa da empresa após acordos firmados em 1997 e 2000. O acordo de 2000 ocorreu após uma contestação legal bem-sucedida do Leigh Day contra a tentativa da Thor de transferir seus ativos para fora do alcance de nossos clientes. Em 2000, a Thor anunciou que havia mudado seu nome para Guernica (o nome da cidade bombardeada por fascistas na década de 1930, na Guerra Civil Espanhola), supostamente para representar os ataques fascistas feitos contra a empresa. Isso demonstrou o poderoso efeito dissuasivo do caso jurídico do Reino Unido.

África do Sul

Doenças relacionadas ao amianto Cape PLC

O Leigh Day representou 7.500 mineradores de amianto da África do Sul em uma ação contra a Cape plc e as seguradoras da Gencor, uma empresa de mineração sul-africana. Os requerentes eram ex-mineradores ou parentes de mineradores falecidos que trabalhavam ou viviam nas proximidades das minas de amianto azul e marrom da Cape nas províncias de Northern Cape e Limpopo, respectivamente.

As minas sul-africanas da Cape continuam as formas mais perigosas de amianto. Os mineradores negros eram expostos a níveis extraordinariamente altos de poeira.

Aproximadamente 500 dos pedidos de indenização de nossos clientes foram por mesotelioma, um câncer fatal relacionado ao amianto no revestimento dos pulmões.

Um número significativo de reclamantes havia sido empregado nas minas quando eram crianças pequenas, sem nenhuma proteção contra a poeira.

O Leigh Day levou o caso aos tribunais do Reino Unido. Cape contestou a jurisdição por três anos, argumentando que o caso deveria ser julgado na África do Sul.

O caso chegou até a Câmara dos Lordes antes que os requerentes tivessem permissão para prosseguir com o caso no Reino Unido. O governo sul-africano interveio no caso em apoio aos requerentes.

A decisão sobre a jurisdição foi tomada com base no princípio jurídico estabelecido em um caso anterior conduzido pelo Leigh Day para mineradores da Namíbia contra a Rio Tinto plc.

Em 2003, o Leigh Day negociou com sucesso um acordo extrajudicial, que foi uma importante vitória nesse caso de longa duração.

No entanto, os atrasos e as contestações da Cape fizeram com que, dos 7.500 requerentes que iniciaram o caso, 1.000 não vivessem para vê-lo concluído com sucesso. O valor do acordo refletia a situação financeira precária da Cape.



Hendrik Afrika, portador de asbestose; reclamante sul-africano no caso Lubbe v Cape PLC e nome do Hendrik Afrika Trust. – Stef Jansen, portador de mesotelioma e requerente. – Placa da Asbestos Street em Prieska, adjacente à usina de trituração de amianto azul. – Ação de protesto da comunidade. – Fotografias: Hein du Plessis.

África do Sul & Lesoto

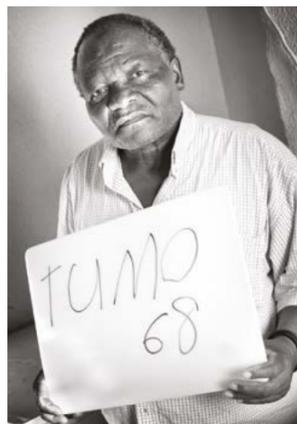
Silicose, Anglo American e AngloGold

Em casos emblemáticos na África do Sul, o Leigh Day trabalhou com advogados sul-africanos para 4.388 ex-mineradores contra a Anglo American South Africa Ltd (AASA) e a AngloGold Ashanti (AngloGold).



A mina roubou minha saúde
John Kobe

Fui destruído pela mina. Estou surdo e meus pulmões estão danificados
Tumo Petrus Matsau.



Essa doença no peito que contrai enquanto trabalhava na mina não tem cura. Tenho medo de que isso me mate. Toda vez que tenho dificuldade para respirar ou dores no peito, fico com medo. Se eu morrer, o que acontecerá com minha família?
Ntsikizi Mtshikwe



Certo: Lesoto, lar de milhares de ex-mineradores de ouro, que agora sofrem de silicose
Abaixo: Sra. Nojinza Mtoto (à esquerda), viúva de Zolile Mtoto, requerente em Blom & Ors v Anglo American South Africa Ltd.



O caso foi movido contra essas empresas por não protegerem seus trabalhadores do excesso de poeira. A silicose, uma doença pulmonar debilitante e incurável, afeta até 25% dos mineradores sul-africanos. Quem sofre de silicose tem um risco muito maior de contrair tuberculose. A tuberculose combinada com a silicose é muito grave e muitas vezes fatal.

A maioria dos requerentes reside em áreas rurais da África do Sul e do Lesoto, de onde os chamados “trabalhadores migrantes” foram recrutados durante o apartheid e onde a tuberculose é endêmica. Em setembro de 2013, a AASA concordou em pagar uma indenização a 23 reclamantes do teste. Esse caso, apresentado em conjunto com o Centro de Recursos Jurídicos da África do Sul, foi o primeiro acordo de ações de silicose para mineradores de ouro na África do Sul. Os casos de teste foram iniciados em 2004 e levaram 9 anos para serem concluídos.

O Leigh Day e a advogada sul-africana Zanele Mbuyisa, então, entraram com uma ação coletiva de silicose em massa contra a AASA e a AngloGold em nome de 4.365 ex-mineradores de ouro ou parentes de mineradores de ouro falecidos. Em março de 2016, foi feito um acordo histórico em nome das vítimas no valor de R500 milhões (£23 milhões). O veículo de liquidação que foi estabelecido é chamado de Q(h)ubeka Trust: Qubeka era o sobrenome do principal reclamante no litígio, e “Qhubeka” significa “seguir em frente” em xhosa.

A função do Trust é avaliar medicamente os requerentes e avaliar sua elegibilidade para a indenização. Esse acordo trará, antes de tudo, o alívio financeiro tão necessário para as vítimas e suas famílias. O esquema de acordo forneceu um modelo para o acordo subsequente de uma ação coletiva de silicose na África do Sul.



Bangladesh

Desmanche de navios, Zodiac Maritime Limited

O Leigh Day representou um homem de 38 anos de Bangladesh que perdeu uma perna e a visão de um olho enquanto desmontava um navio anteriormente operado pela Zodiac Maritime, uma empresa de navegação com sede em Londres.



O cortador de metais Mohamed Edris estava trabalhando ao lado de outras 100 pessoas no navio porta-contêineres de 19.600 toneladas Eurus London, administrado pela Zodiac Maritime antes de ser vendido para sucata, no estaleiro Ferdous Steel Corporation em Chittagong quando ocorreu o incidente.

Seu trabalho era cortar a hélice de 40 toneladas com um maçarico. Uma grande plataforma de metal foi colocada abaixo da hélice para evitar que ela caísse na lama da praia.

A hélice se soltou e saltou para trás, cortando sua perna esquerda abaixo do joelho, deixando-o cego de um olho e quase quebrando suas costas.

O Leigh Day afirma que a Zodiac conhecia os métodos envolvidos no desmantelamento de embarcações em Chittagong, mas vendeu o Eurus London a terceiros, sabendo que ele seria desmontado em condições inseguras.

Bangladesh

Desmanche de navios, Maran (UK) Limited

O Leigh Day representa o médico Khalil Mollah, 32 anos, que morreu após cair de uma grande altura enquanto trabalhava em uma embarcação de propriedade da Maran (UK) Ltd, a empresa britânica do gigante grego da navegação, Angelicoussis Shipping Group.

A ação movida em nome da esposa e do filho de Khalil é por negligência e violação do dever de cuidado da lei comum. O autor da ação argumentou que a Maran é legalmente responsável porque a empresa tinha a responsabilidade de tomar todas as medidas razoáveis para garantir que a venda e o descarte dos navios em fim de vida útil para demolição não colocariam em risco a saúde humana, prejudicariam o meio ambiente e/ou violariam as regulamentações internacionais.

O réu solicitou a anulação da ação, argumentando que não era mais responsável pelo navio depois de tê-lo vendido. Esse argumento foi rejeitado pela Suprema Corte e pelo Tribunal de Apelação. O Tribunal de Apelação considerou que Maran tinha um dever discutível de cuidado com os trabalhadores de quebra de navios em Bangladesh, mesmo quando havia terceiros envolvidos na transação.

Maran poderia ter insistido para que a embarcação fosse vendida para um estaleiro "verde", mas, em vez disso, escolheu as famosas praias de Chattogram, pois isso atrairia mais lucros. Lord Justice Bean disse: "No caso da Requerente, o Réu obteve o preço mais alto possível pelo Navio e procurou lavar as mãos da responsabilidade por qualquer coisa, mesmo que previsível, que tenha acontecido depois disso... se a Requerente for realmente capaz de provar as alegações factuais que ela faz, seria um sistema de justiça pobre que não lhe daria nenhum recurso contra esse Réu."



Meio ambiente

As atividades das empresas multinacionais podem causar poluição generalizada e degradação ambiental maciça, principalmente nas áreas extrativistas de mineração, petróleo e gás.

As empresas desses setores geralmente operam em países com proteções ambientais fracas, onde há custos de produção mais baixos e a capacidade de influenciar o desenvolvimento ou a aplicação de regulamentações ambientais.

A falta de leis e regulamentos locais ou as lacunas nos meios de aplicá-los dificultam ou impedem que a população local proteja seu meio ambiente e garanta os direitos que dependem de um meio ambiente saudável.

O Leigh Day é especializado em representar indivíduos e comunidades em todo o mundo que sofreram problemas de saúde e danos ao meio ambiente local devido aos efeitos da poluição e da degradação ambiental.

Costa do Marfim

Despejo de resíduos tóxicos, Trafigura

O Leigh Day representou cerca de 30.000 requerentes na Costa do Marfim contra a Trafigura, uma empresa multinacional de comércio de petróleo, em uma das maiores ações coletivas da Grã-Bretanha.

Em 2006, a Trafigura transportou resíduos perigosos da Holanda para a Costa do Marfim. Os resíduos foram entregues a uma empreiteira local em Abidjan, a capital comercial do país, e posteriormente despejados em 12 locais diferentes na cidade. Após o despejo dos resíduos, os moradores começaram a sofrer com sintomas que variavam de dores de cabeça e erupções cutâneas a problemas respiratórios graves; cerca de 100.000 pessoas procuraram tratamento médico em hospitais locais.

O Leigh Day abriu um processo na Tribunal Superior em Londres no final de 2006. Após uma longa batalha jurídica envolvendo cerca de 20 especialistas, as ações foram resolvidas com sucesso fora do tribunal em setembro de 2009.

Um cliente sai de uma reunião de acordo com a equipe do Leigh Day. – A sócia Nichola Marshall se reúne com clientes em Abidjan. – Os clientes esperam para conhecer sua equipe jurídica.



Nigéria

Derramamentos de óleo, Shell Bodo

Em janeiro de 2015, o Tribunal Superior de Londres aprovou um acordo histórico em um caso apresentado pelo Leigh Day em nome dos residentes da comunidade pesqueira Bodo em Ogoniland, no Delta do Níger. A ação foi movida contra uma subsidiária nigeriana da multinacional Shell.

A Shell vem extraindo petróleo na região desde a década de 1950 e, em 2008/9, dois grandes vazamentos de petróleo causaram danos catastróficos aos sensíveis manguezais de Bodo. Os derramamentos causaram a maior perda registrada de habitat de mangue da história. Os vazamentos de petróleo arruinaram os meios de subsistência e o meio ambiente das pessoas que vivem em Bodo. Durante anos, a Shell não fez nenhum esforço real para limpar a área ou compensar a comunidade Bodo.

Em 2011, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente estimou que a limpeza da poluição para permitir a recuperação sustentável de Ogoniland poderia levar até 30 anos. O relatório criticou o controle e a manutenção da infraestrutura dos campos de petróleo da Shell em Ogoniland e constatou que suas tentativas limitadas de limpeza da área foram totalmente ineficazes. Inicialmente, a Shell ofereceu à comunidade uma indenização de £4.000.

O Leigh Day levou o caso dos moradores do vilarejo de Bodo para a Suprema Corte em Londres. Em 2013,

Esperamos que a Shell leve suas comunidades anfitriãs a sério agora... Somos gratos pela força e perseverança de nossos advogados internacionais, Leigh Day, por sua tenacidade em encerrar este caso da maneira que o fez.

Chefe Sylvester Kogbar

quatro meses antes da data prevista para o julgamento do caso, um acordo histórico foi firmado com a Shell em nome da comunidade no valor de £55 milhões. Isso ajudou os residentes de Bodo a diversificar em outras áreas de trabalho enquanto aguardam a limpeza da área.

O Leigh Day também tem pressionado incansavelmente para que a Shell limpe seus vazamentos de acordo com os padrões internacionais. A Shell afirma ter quase concluído a limpeza da área. No entanto, eles restringiram o acesso dos Requerentes às informações, prejudicando sua capacidade de avaliar de forma independente a qualidade da limpeza. Como resultado, as ações voltarão ao Tribunal em maio de 2025 para determinar se a Shell remediou adequadamente os derramamentos de óleo.



Exclusive Landmark case could lead to flood of claims from Niger delta

John Vidal Bodo, Nigéria

Shell has accepted full liability for two massive oil spills that devastated the environment and local livelihoods in a region of the Niger delta, opening the door for a series of similar damages claims against the company in British courts.

The 2008 spill at Bodo in Ogoniland, which experts say could make up a spill as large as the 1989 Exxon Valdez disaster in Alaska, when ten million gallons of oil leaked into the ocean, are expected to take up to 20 years to clean up.

Until now Shell has claimed that less than 40,000 gallons was spilt at Bodo

Inside
John Vidal on how Shell oil spills ruined a Niger delta community
Page 18 9



that year, and placed the blame on local vandals. But papers seen by the Guardian show the company has now accepted responsibility for ruptures of the Bodo-Bonny pipeline, which pumps 120,000 barrels of oil a day, after a class action suit in London over the last four months.

Compensation expected to run into hundreds of millions of dollars will be set later this year, and with an average of three oil spills a day in the Niger delta, many other impoverished communities are now likely to seek damages for oil pollution against Shell.

"The news that Shell has accepted liability in Britain will be greeted with joy in the delta," said Patrick Nwagwu, spokesman for the Centre for Environment, Human Rights and Development in Port Harcourt. "The British courts may now be inundated with legitimate complaints."

The class action suit was bought by

Leigh Day and Co, the London law firm that represented victims of toxic waste dumped in Ivory Coast by a ship bound to the oil company Trafigura in 2006.

The crude oil that gushed unchecked from the two Bodo spills, which occurred within months of each other, destroyed a network of creeks and inlets on which 60,000 people depend for food, water and fuel. Shell consistently blamed the spills on local youths who, it argued, sabotaged its network of pipelines.

"Ten years ago you would have seen rich, lush vegetation here," Nwagwu said. "Now development, Human Rights and it is all dead. The mangroves have been killed. The oil has got deep into the sediments. Without a complete cleanup to international standards this community has a hopeless future."

No attempt has been made to clean up the oil, which has collected on the creek sides, washes in and out on the tides and has seeped deep into the water table and farmland.

According to the communities in Bodo, the company has offered £1,500 and 50 bags of rice, 50 bags of beans and a few cartons of sugar, tomatoes and groundnut oil in compensation. The offers were rejected as "insulting, provocative and boggary" by the chiefs of Bodo, but later accepted by the chiefs of Bodo.

Shell first discovered oil in the region in 1956. According to Amnesty International, more than 1300 barrels have been spilt there since, twice as much as in last year's BP oil spill in the Gulf of Mexico.

Later this week a UN report will implicate the company in the overall environmental disaster in the Niger delta, which has seen more than 7,000 oil spills in the low lying swamps and farmland since 1980. The UN Environment Programme report, funded by Shell, will be presented to the president, Goodluck Jonathan.

Continued on page 2 9

Ex-presidente do Conselho de Chefes e Anciãos de Bodo Pescadores Bodo remando em um riacho altamente poluído por óleo, Bodo, estado de Rivers, Nigéria.

Nigéria

Derramamentos de óleo, Shell Ogale

Pelo menos 40 derramamentos de óleo da infraestrutura da Shell na comunidade de Ogale desde 1989 causaram séria contaminação da terra e dos cursos d'água da comunidade.

Ogale é uma comunidade de pescadores e agricultores. Ela depende do córrego Ogale, que atravessa a terra, para cultivar, beber, lavar e pescar. A comunidade também usava poços, mas agora eles estão tão poluídos que não são seguros para consumo ou uso. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) realizou testes no local em 2010, que constataram que a água da comunidade era perigosa e imprópria para consumo humano em decorrência da contaminação por óleo. A poluição por óleo também arruinou as terras agrícolas da comunidade.

Casas no riacho Bille, no estado de Bayelsa, Nigéria. O riacho Bille foi devastado por vazamentos de óleo da infraestrutura da Shell entre 2011 e 2013

Nigéria

Derramamentos de óleo, Shell Bille

Bille é uma comunidade ribeirinha que consiste em cerca de 45 ilhas. Entre 2011 e 2013, os derramamentos de óleo dos equipamentos da Shell causaram enormes vazamentos de óleo nos rios ao redor da comunidade. Estima-se que 13.200 hectares de manguezais tenham sido danificados pela poluição. O óleo matou a maioria dos peixes dos rios, e a população pesqueira de Bille ficou sem uma fonte de alimento.

As comunidades Ogale e Bille instruíram o Leigh Day a obrigar a Shell a limpar o óleo e a buscar compensação financeira pelas perdas sofridas.

O litígio de jurisdição

As ações das comunidades de Ogale e Bille foram unidas nos tribunais. As comunidades alegam que a Royal Dutch Shell (RDS), sediada no Reino Unido, é responsável pela poluição por petróleo porque exerce controle sobre as operações na Nigéria. Eles também alegam que a Shell Petroleum Company of Nigeria, uma subsidiária da RDS, também é responsável.

A RDS contestou o fato de ser legalmente responsável pelos derramamentos de petróleo, dizendo que é apenas uma empresa controladora e que não tem nenhuma obrigação legal com as pessoas na Nigéria. No entanto, após cinco anos, o desafio jurisdicional da Shell foi rejeitado pela Suprema Corte do Reino Unido em fevereiro de 2021.



Uma placa erguida na comunidade de Ogale alertando os moradores sobre os perigos de beber, pescar e nadar em águas poluídas pela Shell.

A Suprema Corte decidiu que a RDS era indiscutivelmente responsável pelos danos causados às terras das comunidades.

Após a sentença, a SPDC submeteu-se à jurisdição dos tribunais do Reino Unido, o que significa que as comunidades podem agora prosseguir com suas ações para julgamento contra a RDS e a SPDC. É provável que o julgamento leve à divulgação de documentos internos da Shell sobre suas práticas ambientais na Nigéria.

Uma placa erguida na comunidade de Ogale alertando os moradores sobre os perigos de beber, pescar e nadar em águas poluídas pela Shell.

Casas no riacho Bille, no estado de Bayelsa, Nigéria. O riacho Bille foi devastado por derramamentos de óleo da infraestrutura da Shell entre 2011 e 2013.

Colômbia

Poluição da água, Amerisur Resources Ltd

O Leigh Day atuou em favor de uma comunidade de pequenos agricultores colombianos e suas famílias, em ações de indenização por poluição ambiental contra a Amerisur Resources Ltd (empresa controladora da Amerisur Exploración Colombia Limitada), sediada no Reino Unido.

Os requerentes alegaram que seus cursos d'água e terras locais foram poluídos após um grande derramamento de óleo em Putumayo em 2015. O derramamento foi originalmente causado por um ataque armado de um grupo externo a cinco navios-tanque de petróleo bruto nas plataformas da Amerisur.

O ataque provocou o derramamento de quantidades substanciais de óleo nos córregos e áreas úmidas. Os requerentes argumentaram que a Amerisur deveria ter previsto ataques dessa natureza e que, de acordo com a legislação colombiana, ela era responsável pelos danos causados e por não ter feito a limpeza adequada posteriormente. Embora esse caso tenha sido apresentado de acordo com a legislação colombiana, ele foi processado na Inglaterra porque a empresa está sediada na Inglaterra e, portanto, está sob a jurisdição dos tribunais da Inglaterra & País de Gales. Depois que os procedimentos legais foram emitidos no Tribunal Superior de Londres em dezembro de 2019, havia planos de vender a Amerisur para a GeoPark Colombia por £240 milhões.

Os requerentes obtiveram uma liminar de congelamento contra a Amerisur, exigindo que a empresa preservasse cerca de £4,5 milhões em seus ativos no Reino Unido, para proteger quaisquer interesses futuros dos requerentes.

Após um julgamento de questões preliminares em julho de 2022, a Suprema Corte rejeitou os argumentos da Amerisur de que, de acordo com a legislação colombiana, as ações estavam fora do prazo e que a Amerisur não poderia ser responsabilizada como empresa controladora. As ações foram resolvidas em 2023 em caráter confidencial, sem admissão de responsabilidade.



Foto tirada pela Comisión de Justicia y Paz de uma fonte de água contaminada nas comunidades dos Requerentes.

Zâmbia

Poluição ambiental, Vedanta Resources e Konkola Copper Mines

O Leigh Day representou 2.577 moradores da Zâmbia que entraram com uma ação contra a Vedanta Resources Ltd (Vedanta), sediada no Reino Unido, e sua subsidiária zambiana Konkola Copper Mines (KCM), em decorrência de supostos danos às suas terras e à água causados por efluentes de mineração de cobre.

Os Requerentes eram membros de quatro comunidades agrícolas artesanais próximas à Mina de Cobre de Nchanga, que era operada pela subsidiária da Vedanta, a KCM. A Vedanta comprou uma participação de controle na KCM em 2004. A Vedanta é uma das maiores empresas de mineração do mundo, com uma base de ativos de quase US\$ 40 bilhões espalhados

pelo mundo. A KCM é a maior empresa de mineração de cobre da África e a maior empregadora do setor privado da Zâmbia, com cerca de 16.000 funcionários.

Ela opera várias minas na Zâmbia, incluindo a Mina de Cobre Nchanga, que é a segunda maior mina de cobre a céu aberto do mundo.

As comunidades Shimulala, Kakosa, Hippo Pool e Hellen alegaram que a água poluída estava afetando sua saúde, causando doenças e lesões permanentes. A água poluída era sua principal fonte para beber, lavar, tomar banho e irrigar suas terras agrícolas.

A principal fonte de subsistência dos Requerentes era a agricultura, bem como a pesca nos rios. A suposta poluição devastou plantações e afetou a pesca, causando grande impacto nos ganhos da população local.

O Leigh Day abriu um processo em nome dos moradores contra a Vedanta e a KCM no Tribunal Superior de Londres em julho de 2015.

Em setembro de 2015, tanto a Vedanta quanto a KCM contestaram a jurisdição dos tribunais ingleses para ouvir as ações. Parte integrante de seu desafio era

a alegação de que o caso contra a Vedanta estava fadado ao fracasso. Em abril de 2019, a Suprema Corte do Reino Unido rejeitou a contestação legal dos réus. Essa foi uma decisão histórica em termos da lei inglesa sobre jurisdição e uma afirmação clara da Suprema Corte de que uma empresa matriz multinacional pode ter um dever de cuidado com relação às operações de sua subsidiária no exterior.

De acordo com a legislação inglesa, as empresas que assumem compromissos públicos para proteger as comunidades e o meio ambiente podem ser consideradas legalmente responsáveis por danos decorrentes da não implementação desses compromissos.

As ações foram resolvidas sem a realização de um julgamento completo em dezembro de 2020, com as partes divulgando a declaração conjunta à direita:

Esquerda: Cliente que mora nas proximidades da mina examina suas terras. Abaixo: Tubulações descarregando efluentes no rio Mushishima, que está supostamente sendo poluído pela mina de cobre. – Um cliente se reúne com o Leigh Day para dar instruções à equipe sobre suas reivindicações. – Presidente da Kakosa, com clientes do Leigh Day.



“Sem admitir responsabilidade, a Vedanta Resources Limited e a Konkola Copper Mines PLC confirmam que concordaram, para o benefício das comunidades locais, com o acordo de todas as ações apresentadas contra elas por reclamantes zambianos representados pelo escritório de advocacia inglês Leigh Day.”

Zâmbia

Envenenamento por chumbo, Anglo American South Africa Limited

O Leigh Day, em conjunto com o advogado Mbuyisa Moleele, de Joanesburgo, está trabalhando em uma ação coletiva contra a Anglo American South Africa Ltd, ajuizada no Tribunal Superior de Londres de Joanesburgo, em nome de mais de 100.000 pessoas que vivem nas imediações da mina de chumbo de Kabwe, na Zâmbia, e que se acredita terem sido envenenadas por chumbo.



O pedido de certificação de uma ação coletiva é apresentado por 13 demandantes representativos em nome de crianças menores de 18 anos e meninas e mulheres que engravidaram ou podem engravidar no futuro. O objetivo da ação legal será garantir a indenização das vítimas de envenenamento por chumbo, bem como a realização de exames de chumbo no sangue de crianças e mulheres grávidas em Kabwe, e a limpeza e remediação da área para garantir que a saúde das futuras gerações de crianças e mulheres grávidas não seja comprometida.

Kabwe foi a maior mina de chumbo do mundo e funcionou por volta de 1915 até seu fechamento em 1994. De 1925 a 1974, seu período mais produtivo, a mina foi de propriedade e operada e/ou gerenciada pela Anglo American South Africa Ltd. A mina está situada nas proximidades de vilarejos com cerca de 230.000 habitantes. Gerações de crianças foram envenenadas pelas operações da mina de Kabwe, originalmente conhecida como Broken Hill, que causou uma contaminação generalizada do solo, da poeira, da água e da vegetação. As principais fontes desse chumbo venenoso eram a fundição, o processamento de minério e os depósitos de rejeitos.

O pedido de certificação de uma ação coletiva é apresentado por 13 demandantes representativos em nome de crianças menores de 18 anos e meninas e mulheres que engravidaram ou podem engravidar no futuro. O objetivo da ação legal será garantir a indenização das vítimas de envenenamento por chumbo, bem como a realização de exames de chumbo no sangue de crianças e mulheres grávidas em Kabwe, e a limpeza e remediação da área para garantir que a saúde das futuras gerações de crianças e mulheres grávidas não seja comprometida. Kabwe foi a maior mina de chumbo do mundo e funcionou por volta de 1915 até seu fechamento em 1994. De 1925 a 1974, seu período mais produtivo, a mina foi de propriedade e operada e/ou gerenciada pela Anglo American South Africa Ltd.

A mina está situada nas proximidades de vilarejos com cerca de 230.000 habitantes. Gerações de crianças foram envenenadas pelas operações da mina de Kabwe, originalmente conhecida como Broken



Hill, que causou uma contaminação generalizada do solo, da poeira, da água e da vegetação. As principais fontes desse chumbo venenoso eram a fundição, o processamento de minério e os depósitos de rejeitos. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), alguns dos problemas associados ao envenenamento por chumbo em crianças vão desde a redução do QI, problemas comportamentais e crescimento reduzido, anemia grave e danos renais e, nos piores casos, pode causar danos cerebrais e até a morte.

Em Kabwe, em crianças pequenas de até cinco anos de idade, estudos publicados têm encontrado consistentemente BLLs extremamente elevados. Nos municípios mais afetados em torno de Kabwe, cerca de 50% das crianças têm BLLs superiores a 45 µg/dL, o limite acima do qual é necessário o tratamento com antídoto médico. Quase todas as crianças nessas áreas têm BLLs acima de 20 µg/dL, o nível em que é necessária uma ação urgente para reduzir a exposição.

A escala desse desastre de saúde ambiental é evidente há décadas. Por exemplo, um artigo de jornal médico de 1972 se referia à poluição extrema por chumbo na área de Kabwe. Uma tese de 1975 do Dr. A.R.L. Clark, da London School of Hygiene and Tropical Medicine, constatou que as crianças de Kasanda, no distrito de Kabwe, especialmente os bebês de 1 a 3 anos, tinham uma média de BLLs surpreendentemente alta, de até 103 µg/dL.

O caso foi apresentado aos tribunais sul-africanos, onde fica a sede da empresa demandada, a Anglo American South Africa Ltd. Alega-se que, de 1925 a 1974, a Anglo American SA desempenhou um papel fundamental no controle, gerenciamento, supervisão e aconselhamento sobre os aspectos técnicos, médicos e de segurança das operações da mina, mas falhou em implementar as medidas adequadas para evitar o envenenamento por chumbo dos residentes locais e garantir a limpeza das terras contaminadas das comunidades.

Em dezembro de 2023, o Tribunal Superior de Joanesburgo indeferiu o pedido de certificação da ação coletiva. Em abril de 2024, foi concedida permissão para recorrer dessa decisão à Suprema Corte de Apelação. Espera-se que o recurso seja julgado no início de 2025.



Tshego Raphuti, advogado de Mbuyisa Moleele, e Charlotte Armstrong, advogada de Leigh Day, com representantes da comunidade Kabwe. • O parceiro da Leigh Day, Richard Meeran, fala com membros da comunidade afetados pelo envenenamento por chumbo em Chowa, distrito de Kabwe. • A antiga mina de Kabwe e seu lixão, abril de 2004. • Lixão de mineração de Kabwe, abril de 2004. As aldeias de Kabwe estão localizadas perto desses lixões.

Brasil

Poluição ambiental, Brazil Iron Limited

O Leigh Day representa 103 moradores de duas comunidades quilombolas (descendentes de escravos afro-brasileiros) em ações de poluição ambiental contra as empresas de mineração registradas no Reino Unido, Brazil Iron Limited e Brazil Iron Trading Limited.

Os requerentes vivem nas proximidades da mina Fazenda Mocó ("a Mina") no estado da Bahia, Brasil. A mina é operada pela subsidiária brasileira das empresas réus, a Brazil Iron Mineração Limitada ("BIML").

Os requerentes alegam que as operações da mina poluíram suas terras, plantações e fontes de água e que as explosões na mina causaram danos estruturais em suas casas. Eles também alegam que foram perturbados pela poeira e pelo ruído da mina e que alguns dos reclamantes sofreram lesões físicas e psicológicas em decorrência das operações da mina.

A Secretaria de Saúde do Estado da Bahia inspecionou a área no início de 2021 e confirmou que, devido às operações de mineração, as duas comunidades corriam risco de doenças físicas e mentais e que a água potável na área não era adequada para consumo humano.

A BIML violou repetidamente os termos das autorizações ambientais sob as quais foi autorizada a realizar mineração experimental, levando o órgão regulador ambiental estadual INEMA a suspender a atividade de mineração em abril de 2022.

Muitos dos requerentes são agricultores e dependem de programas de assistência social. Além disso, suas famílias ocupam a terra há várias gerações. As comunidades quilombolas recebem proteção especial da legislação brasileira em relação ao uso de suas terras, como o direito de serem consultadas antes do licenciamento de obras ou atividades que afetem suas terras.

As ações foram ajuizadas no Tribunal Superior de Londres em setembro de 2023. Em outubro de 2023, os reclamantes obtiveram uma liminar temporária contra a Brazil Iron para interromper a suposta intimidação e assédio por parte de representantes da mina. Os reclamantes alegaram que dois funcionários da BIML tentaram coagir alguns deles a abandonar suas ações contra as empresas inglesas. Em novembro de 2023, o Tribunal Superior de Londres decidiu que as cartas enviadas diretamente aos requerentes por agentes dos réus também eram contatos não permitidos nos termos da ordem de injunção. Os réus contestam as alegações de assédio e uma determinação final sobre se a liminar deve ser mantida será feita em uma nova audiência no final de 2024.

Em abril de 2024, os requerentes apresentaram detalhes de sua acação no Tribunal Superior de Londres. Em junho de 2024, os réus solicitaram a contestação da jurisdição do tribunal inglês para julgar o caso, o que será determinado em uma audiência no final de 2024. Os requerentes argumentarão que os tribunais ingleses são o foro adequado para o caso porque, na prática, eles não conseguiriam obter acesso à justiça no Brasil.

Madagascar

Poluição ambiental, Rio Tinto

O Leigh Day atua para um grupo de moradores da região de Anosy, em Madagascar, em uma ação judicial contra a empresa de mineração britânica/australiana Rio Tinto Plc. A acação está relacionada a perdas e danos sofridos como resultado da operação da mina de ilmenita da QIT Minerals Madagascar (QMM) na área de Fort Dauphin. Especificamente, diz respeito à suposta contaminação das fontes de água locais com níveis perigosamente altos de substâncias tóxicas, especialmente urânio e chumbo, que representam um risco significativo para a saúde das comunidades.

A ilmenita, que é usada para fabricar dióxido de titânio, um pigmento branco usado em tintas, alimentos e cosméticos, é extraída pela QMM das areias ao longo das margens dos lagos Besaroy e Ambavarano. Estudos demonstraram que águas residuais de minas contendo altos níveis de urânio e chumbo foram despejadas no ambiente ao redor. Os moradores dependem dos cursos d'água locais para todas as suas necessidades domésticas, como beber, lavar roupas, pescar e cozinhar, e regularmente retiram água dos cursos d'água supostamente contaminados pela QMM.

Exames de sangue realizados na comunidade mostraram níveis elevados de chumbo no sangue que excedem os limites da Organização Mundial da Saúde, para os quais é recomendada assistência médica. O

chumbo é especialmente prejudicial para crianças pequenas e pode causar danos permanentes ao cérebro, levando a uma série de distúrbios cognitivos e comportamentais, enquanto a exposição ao urânio pode interferir no desenvolvimento do corpo, principalmente em crianças e mulheres grávidas, além de aumentar as taxas de câncer e prejudicar a função renal.

A região de Anosy, no sul de Madagascar, tem uma população de aproximadamente 500.000 pessoas que vivem com altos índices de pobreza, aprofundando a insegurança alimentar e a escassez de água.

O Leigh Day enviou uma carta antes da ação à Rio Tinto Plc em abril de 2024. A Rio Tinto contestou publicamente as alegações de que a mina QMM poluía os corpos d'água da região.



Segurança e direitos humanos

À medida que matérias-primas valiosas, como cobre, ouro e petróleo, tornam-se cada vez mais difíceis de localizar, as empresas multinacionais estão operando cada vez mais em áreas já ocupadas por comunidades locais, incluindo povos indígenas.

Muitas vezes, os direitos humanos das pessoas que vivem nas proximidades dessas operações são ignorados, em favor da eficiência e do lucro. O resultado foi o uso excessivo da força, incluindo munição real e até mesmo tortura.

Devido às fracas proteções legais e ao acesso à representação legal nos países anfitriões, muitas vezes as vítimas não conseguem obter justiça em nível local.

O Leigh Day obteve sucesso na obtenção de indenizações para indivíduos que sofreram violações de direitos humanos perpetradas por forças de segurança estatais e privadas nas operações de multinacionais britânicas no Sul Global ou em seus arredores.



Peru

Segurança e direitos humanos, Monterrico Metals

Em 2009, o Leigh Day representou um grupo de 33 indígenas peruanos no Tribunal Superior de Londres. A ação foi contra a empresa controladora britânica Monterrico Metals plc.



Nossos clientes alegaram que, após um protesto sobre questões ambientais, foram torturados, espancados e abusados sexualmente pela polícia peruana e por funcionários da mina Rio Blanco, da Monterrico, em agosto de 2005. Em junho de 2009, o Leigh Day obteve liminares de congelamento nos tribunais superiores do Reino Unido e de Hong Kong sobre os ativos da Monterrico em todo o mundo. Fizemos isso para proteger os interesses de nossos clientes contra o impacto financeiro da decisão da Monterrico de se mudar para Hong Kong.

Embora a empresa não tenha admitido a responsabilidade, em julho de 2011, três meses antes da data prevista para o julgamento, ela fez um acordo confidencial com nossos clientes para pagar os custos e a indenização.



Clientes de Monterrico com os olhos vendados e detidos em uma plataforma de gado, onde foram deixados durante a noite. – Clientes de Monterrico algemados e detidos no local de Rio Blanco. – Mary Westmacott, advogada associada, com o cliente Leonidas Cruz Granda.



Tanzânia

Segurança e direitos humanos, African Barrick Gold (Acacia Mining)

Em março de 2013, o Leigh Day iniciou um processo no Tribunal Superior de Londres em nome dos moradores da Tanzânia que viviam perto da mina. Os moradores estavam buscando indenização da African Barrick Gold plc (atualmente Acacia Mining plc) e de sua subsidiária na Tanzânia, a North Mara Gold Mine Limited (NMGML), por lesões e mortes na mina North Mara das empresas, na Tanzânia.



Logo após o início do processo na Inglaterra, o NMGML tentou levar nossos clientes a um tribunal em Dar es Salaam, na Tanzânia, onde eles não tinham representação legal. Para proteger nossos clientes de serem processados sem acesso a advogados, o Leigh Day buscou, com sucesso, uma liminar urgente contra o processo na Suprema Corte de Londres. Como resultado, as empresas tiveram que interromper os processos na Tanzânia, que o juiz inglês criticou como sendo uma tentativa de "torpedo tanzaniano" destinado a se antecipar aos processos ingleses. Portanto, o caso dos moradores pôde continuar na Suprema Corte inglesa.

Em 2015, as ações de 13 moradores sobre mortes e ferimentos na mina, que foram negadas pela Acacia Mining e pela NMGML, foram resolvidas fora do tribunal.

O cliente do Leigh Day, Samwel Mwita, que ficou paraplégico depois que uma bala perfurou sua coluna, recebe tratamento médico no hospital. Ghati Magige segura uma foto de seu filho, Emmanuel Magige, que foi baleado e morto e por cuja morte foi movida uma ação contra a African Barrick Gold. – A mina de ouro de North Mara está localizada na porta de vilarejos vizinhos.



Tanzânia

Segurança & Direitos Humanos, Petra Diamonds

O Leigh Day representou mais de 70 tanzanianos que alegaram ter sido vítimas de graves violações de direitos humanos perpetradas pelas forças de segurança na mina Williamson Diamond, na Tanzânia. A mina pertence em 75% à Petra Diamonds Limited, uma empresa sediada na Inglaterra.



As alegações incluem agressão física grave, prisão falsa, tiroteios e, em 10 casos, incidentes que resultaram na morte de um minerador. Devido ao receio de represálias contra eles, as identidades dos requerentes foram protegidas por uma Ordem de Anonimato durante todo o caso.

Como resultado do caso, a Petra Diamonds iniciou uma investigação sobre as alegações de abusos de direitos humanos na mina. A investigação mostrou que sua empresa de segurança, a Zenith Security, foi responsável pelo uso excessivo da força, causando ferimentos, maus-tratos e a perda de vidas.

A investigação revelou evidências de que a Zenith havia adaptado sua munição para disparar projéteis de metal em vez de balas de borracha. A investigação também revelou alegações de violência baseada em gênero.

O Leigh Day chegou a um acordo abrangente e amplo (sem admissão de responsabilidade) com a Petra em maio de 2021. O acordo incluiu uma indenização para os reclamantes individuais e um pacote de medidas destinadas a melhorar a vida das comunidades em geral, agora e nos próximos anos.

O pacote incluía o estabelecimento de um Mecanismo Operacional de Queixas que estivesse de acordo com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos; a implementação de um programa de apoio médico para prestar assistência às vítimas de violações de direitos humanos na área; projetos comunitários voltados para o desenvolvimento econômico; acesso a registros hospitalares; acesso à mina para coletar lenha; e publicação de uma política de defensores de direitos humanos.



George Joseph Bwisige, líder de um grupo que busca o empoderamento das vítimas de abusos de direitos humanos na mina de diamantes Williamson, distrito de Kishapu – seguranças da Zenith posando para foto em Mwadui (fonte: Facebook, 3 de setembro de 2019).

Tanzânia

Segurança e Direitos Humanos, London Bullion Market Association (LBMA)

O Leigh Day foi instruído pelas famílias de dois mineradores artesanais da Tanzânia que morreram em 2019 após trabalharem na mina de ouro North Mara, na Tanzânia. A mina, apelidada de uma das minas mais mortais da África, tem um longo e preocupante histórico de alegações de direitos humanos cometidos contra a população local dentro e ao redor da mina.

O caso do Leigh Day não é contra a mina, mas contra a London Bullion Market Association (LBMA). A LBMA é a guardiã do mercado de metais preciosos de Londres, que é o maior do mundo. Ela define os padrões e as políticas obrigatórias que sustentam cerca de US\$ 300 bilhões de ouro negociados em Londres a cada semana. Os requerentes afirmam que, apesar de um padrão amplamente divulgado de abusos sistemáticos de direitos humanos associados à mina ao longo de muitos anos, a LBMA continuou a certificar o ouro da mina, certificando erroneamente que o ouro originário da mina não estava contaminado por abusos graves e duradouros de direitos humanos. Os requerentes alegam que o efeito da remoção do credenciamento da LBMA teria sido comercial e reputacionalmente desastroso para a mina, pois seu refinador perderia o acesso ao mercado de ouro de Londres.

Isso teria forçado a mina a finalmente pôr um fim ao abuso sistemático dos direitos humanos dos mineiros artesanais.

As questões jurídicas levantadas por esse caso se referem ao fato de um órgão de certificação, como a LBMA, poder ser considerado legalmente responsável por um processo de certificação falho que causa ou contribui para abusos contínuos dos direitos humanos.

Essa é uma área do direito em rápido desenvolvimento, que examina quando uma pessoa ou entidade pode ser considerada legalmente responsável por danos causados por outra. Os requerentes argumentarão que um órgão certificador tem o dever de cuidar das vítimas de abusos de direitos humanos após uma falha em conduzir adequadamente a devida diligência em direitos humanos.



Quênia

Segurança e direitos humanos, Camellia PLC

Em 2021, o Leigh Day resolveu um caso em nome de 85 quenianos que vivem nas proximidades das operações de agronegócio da Kakuzi Plc no condado de Murang'a, no Quênia. As ações foram baseadas em alegações de graves abusos de direitos humanos contra residentes locais por parte de guardas de segurança empregados pela Kakuzi Plc ("Kakuzi"), uma empresa do Grupo Camellia.

Cada um dos Requerentes alegou ter sido agredido fisicamente pelos guardas da Kakuzi e as alegações incluíam (1) alegações de estupro pelos guardas, (2) alegações de que os guardas haviam interrompido violentamente as manifestações contra a Kakuzi e (3) o caso de um jovem que teria sido espancado até a morte pelos guardas da Kakuzi em maio de 2018. As ações judiciais foram apresentadas com o apoio da Comissão de Direitos Humanos do Quênia, do Centro de Pesquisa sobre Corporações Multinacionais (SOMO) e do Centro de Recursos Ndula. Os réus das ações foram a Camellia Plc e as empresas do Grupo Camellia, Linton Park Plc e RBDA Ltd.

Um acordo foi firmado em nome dos Requerentes, abrangendo três elementos principais. O primeiro elemento foi o pagamento de uma compensação financeira a cada um dos 85 requerentes.

O segundo elemento é uma série de medidas para o benefício das comunidades dentro e ao redor da fazenda da Kakuzi, incluindo: (1) o financiamento de fornos de carvão e acesso à lenha para que as comunidades locais possam produzir e vender carvão sustentável; (2) a construção de dois centros sociais para reuniões comunitárias; (3) a contratação de Delegados de Segurança predominantemente do sexo feminino para dar segurança visível às pessoas que usam as rotas de acesso, especialmente as mulheres; e (4) a construção de três novas estradas acessíveis à comunidade para dar às pessoas melhor acesso às comodidades locais; (5) o estabelecimento de um Grupo de Trabalho Técnico para pesquisar e demarcar as terras que foram doadas anteriormente pela Kakuzi.

Em terceiro lugar, a Kakuzi confirmou que desenvolverá e implementará um Mecanismo de Queixas em Nível Operacional (OGM), para permitir que quaisquer outras alegações de abusos de direitos humanos sejam resolvidas de forma justa e rápida, sem a necessidade de recorrer à justiça. O OGM estará em conformidade com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e será complementado pelo projeto e implementação de uma política de defesa dos direitos humanos. Foi acordado que isso ocorreria dentro de 12 meses após o acordo. As ações foram resolvidas sem admissão de responsabilidade.



Fotografia do caminho que passa pela plantação de macadâmia Kakuzi – Fotografia da placa da propriedade Kakuzi. – Fotografia do caminho que passa pela floresta de Kakuzi.

Moçambique

Segurança e Direitos Humanos, Gemfields Limited

Em 2019, o Leigh Day resolveu um caso em nome de 273 requerentes da área de Montepuez, no norte de Moçambique. O grupo do Requerente consistia em mineradores artesanais de rubi e moradores locais das comunidades próximas à Mina de Rubi de Montepuez (MRM). A MRM pertence em 75% à empresa britânica de mineração de pedras preciosas, Gemfields Limited, que também é proprietária da prestigiosa marca Fabergé.

Os Requerentes alegaram que as forças de segurança da mina, que incluíam funcionários da MRM e forças de segurança públicas e privadas agindo em nome da mina, haviam cometido graves violações de direitos humanos.

valegaram que foram baleados, espancados, estuprados e/ou abusados sexualmente, submetidos a tratamento cruel e degradante, detidos ilegalmente e/ou forçados a realizar trabalhos braçais.

O Leigh Day também representou as famílias de vários mineradores artesanais que foram mortos na mina, inclusive por terem sido baleados, espancados até a morte ou enterrados vivos nos poços da mina.

Além disso, os moradores do vilarejo de Namucho, que fica dentro da área de concessão de mineração da MRM, alegam que foram submetidos a assédio por parte da empresa de mineração durante vários anos. Os moradores nos contaram que, em uma ocasião, toda a aldeia foi incendiada por representantes da empresa de mineração.

Embora a Gemfields não tenha admitido qualquer responsabilidade no acordo, ela reconheceu que a violência havia ocorrido na área de mineração perto de Montepuez.

O acordo negociado tem três elementos principais. Em primeiro lugar, o acordo inclui ofertas de compensação financeira para cada um dos Autores e oferece uma importante reparação. Para muitos, isso permitirá que tenham acesso a tratamento médico para lesões físicas e psicológicas graves sofridas como resultado do abuso.

Em segundo lugar, nos termos do acordo, a MRM concordou em fornecer à comunidade de Namucho projetos agrícolas e treinamento. Espera-se que isso



Um Reclamante explica como foi baleado na perna pela equipe de segurança da MRM. Ele quebrou a coluna ao cair em um poço de mina depois de ser baleado, e sua perna foi amputada abaixo do joelho como resultado do tiro.



Mineradores artesanais vasculham as pedras e a lama escavadas em um local de mineração artesanal, na esperança de encontrar um rubi.



Mineradores artesanais sendo submetidos a tratamento cruel e degradante após serem pegos na área de concessão de mineração.



Os moradores de Namucho, que fica dentro da área de concessão da MRM, alegam que foram continuamente assediados pelas equipes de segurança da MRM e despejados à força em pelo menos duas ocasiões, quando suas casas foram destruídas.

proporcione renda sustentável e desenvolvimento econômico de longo prazo para os moradores.

Em terceiro lugar, a Gemfields também concordou em estabelecer um Mecanismo de Reclamação Operacional (OGM) independente que fornecerá reparação para quaisquer vítimas que tenham sofrido abuso na mina e que o Leigh Day não tenha conseguido representar.

Os procedimentos de reclamação devem ser implementados por todas as empresas que desejam aderir aos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, e defendidos pelas melhores práticas do setor.

No entanto, espera-se que a Gemfields OGM forneça um modelo de acesso à justiça para vítimas de abusos de direitos humanos em relação a empresas de mineração em todo o mundo. De acordo com o OGM, um painel independente composto por vários especialistas analisará as reclamações de supostas vítimas e determinará a indenização, quando apropriado, de acordo com a legislação moçambicana.

O OGM será monitorado por uma organização independente com experiência em negócios e direitos humanos.

Histórico: A área de concessão de mineração da MRM no distrito de Montepuez, em Cabo Delgado, Moçambique, abrange 10.000km².

Matthew Renshaw, funcionário do Leigh Day, conduz entrevistas com "garimpeiros" que foram perseguidos da Mina de Rubi Montepuez para uma mina de ouro artesanal próxima.

Corrupção corporativa internacional e espionagem

Nos casos com os quais lidamos, os riscos podem ser altos, tanto para as pessoas que defendemos quanto para aquelas contra as quais reclamamos. Às vezes, as empresas acusadas empregam métodos ilegais contra ativistas, denunciadores e outros que buscam expor a corrupção e irregularidades, a fim de proteger seus próprios interesses.

O Departamento Internacional do Leigh Day atua em favor de indivíduos que sofreram danos após terem sido alvo de empresas por suas atividades de campanha ou por tentarem aumentar a conscientização sobre práticas ilegais.

Por exemplo, o Leigh Day representa pessoas que sofreram consequências adversas em suas carreiras como resultado da tentativa de expor irregularidades e corrupção no exterior. Também atuamos em favor de ativistas que foram ilegalmente espionados por empresas que buscam obter informações confidenciais para prejudicar a campanha.

Reino Unido

Infiltração de espionagem corporativa, K2

Rob Moore foi contratado e pago pela K2 Intelligence, sediada em Mayfair, para trabalhar no “Projeto Spring” e para se infiltrar e espionar a rede de ativistas anti-amianto em benefício do cliente da K2. A rede é composta por eminentes ativistas anti-amianto cujas atividades, em nível internacional, concentram-se na prevenção de doenças relacionadas ao amianto.

Em um documento intitulado “Relatório da Primeira Fase”, Moore articulou os objetivos iniciais do projeto e definiu o plano para a obtenção de informações, declarando: “Gostaria de me envolver com o IBAS [International Ban Asbestos Secretariat] e a LKA [Laurie Kazan-Allen] da maneira mais genuína e sincera possível, para que eu possa estabelecer uma conexão intelectual e emocional com a LKA.”

Moore alegou ser um documentarista que queria fazer um filme expondo os perigos do amianto e estabelecer uma instituição de caridade “Stop Asbestos”. Sob esse disfarce, Moore se inseriu no coração da rede e, de 2012 a 2016, obteve acesso a informações altamente confidenciais, valiosas para os clientes da K2. Suas atividades incluíam a gravação secreta de discussões com ativistas da proibição do amianto, incluindo os Requerentes, bem como palestras em reuniões privadas. As faturas apresentadas por Moore mostram que a K2 lhe pagou um total de £336.000 em honorários e £130.400 em despesas.

Os procedimentos legais contra a K2, seu Diretor Executivo Matteo Bigazzi e Robert Moore foram iniciados em outubro de 2016.

Sugio Furuya, coordenador da Asian Ban Asbestos Network e Laurie Kazan, que criou o International Ban Asbestos Secretariat



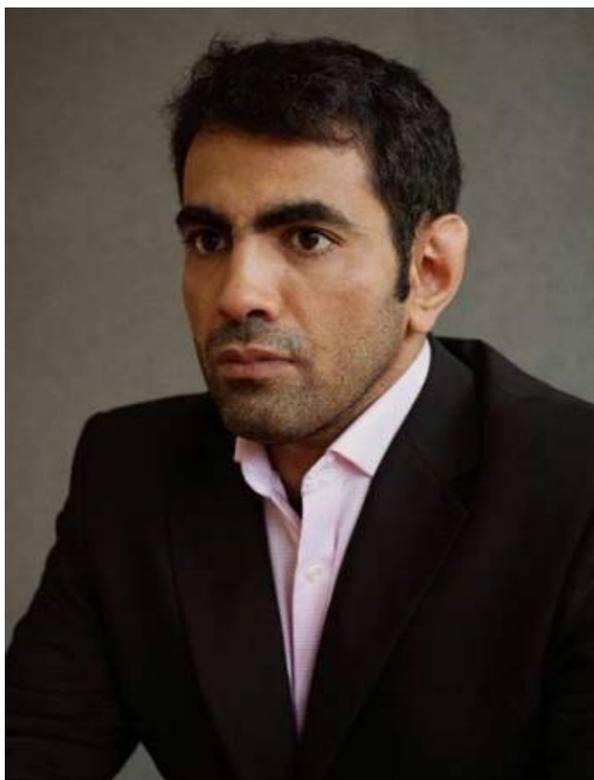
Os Requerentes eram os eminentes ativistas anti-amianto Laurie Kazan-Allen; Rory O’Neill; Krishnendu Mukherjee; Sugio Furuya e Harminder Bains. Eles processaram por quebra de confiança, uso indevido de informações privadas e violação da Lei de Proteção de Dados. Em outubro e novembro, o Tribunal Superior de Londres concedeu liminares contra a Moore e a K2. Moore entregou mais de 35.000 documentos – 650 dos quais, segundo ele, foram passados para a K2.

Em março de 2017, apesar da forte resistência, as identidades dos clientes da K2 foram reveladas: Wetherby Select Ltd, uma holding nas Ilhas Virgens Britânicas; o lobista do setor de amianto do Cazaquistão, Nurlan Omarov; e Daniel Kunin, um cidadão norte-americano politicamente bem relacionado, também diretamente envolvido no setor de amianto do Cazaquistão. Foi alegado que o objetivo do Projeto Spring era obter informações sobre a campanha anti-amianto, seu financiamento e suas estratégias, especialmente em relação à proibição da importação e do uso de crisotila (amianto branco) na Tailândia e no Vietnã. Foi alegado que, no decorrer do projeto, o cliente da K2 fez várias solicitações de informações por meio de Matteo Bigazzi. Essas solicitações incluíam pedidos de atualizações por país das conferências regionais de proibição do amianto e pedidos de informações sobre as expectativas dos ativistas quanto à implementação da proibição do amianto. Em novembro de 2018, a K2 concordou em pagar aos Requerentes indenizações substanciais. Sugio Furuya, coordenador da Asian Ban Asbestos Network e Laurie Kazan, que criou o International Ban Asbestos Secretariat.

Reino da Arábia Saudita

Spyware, Ghanem al-Masarir

Atualmente, o Leigh Day está representando Ghanem al-Masarir (Ghanem), um proeminente satirista e ativista de direitos humanos que é um oponente vocal do regime saudita. O Leigh Day, em nome de Ghanem, emitiu uma ação judicial no Tribunal Superior de Londres do Reino Unido contra o Reino da Arábia Saudita, alegando que Ghanem foi alvo de um spyware conhecido como Pegasus.



Ghanem al-Masarir, um cliente do Leigh Day.

Ghanem alega que o regime saudita infectou seu celular com o spyware, o que lhes permitiu acessar seu microfone e câmera para monitorar suas atividades. Os especialistas confirmaram que Ghanem recebeu mensagens de texto maliciosas contendo links que pareciam ser de empresas de correio confiáveis, mas que, quando clicados, levavam a domínios associados ao spyware Pegasus. Eles concluíram, com um alto grau de confiança, que o Estado responsável por atingir Ghanem foi a Arábia Saudita. Ghanem está entrando com uma ação por danos pessoais resultantes do uso indevido de informações privadas e assédio relacionados ao spyware. Ele também está entrando com uma ação relacionada a um ataque que sofreu e que acredita ter sido dirigido pelo regime saudita. Ghanem foi colocado sob proteção policial devido a uma possível ameaça à sua vida. Em fevereiro de 2021, o Reino da Arábia Saudita solicitou a reverter a decisão da Corte, argumentando que os tribunais da Inglaterra e do País de Gales não tinham jurisdição para julgar a ação porque o Reino, como Estado soberano, está imune à jurisdição da corte. A primeira audiência ocorreu em junho de 2021, com a sentença proferida pelo juiz Julian Knowles em 19 de agosto de 2022, dando razão a Ghanem em cada um dos pontos levantados pelo pedido do Reino da Arábia Saudita.

Em dezembro de 2022, o Reino da Arábia Saudita recorreu da sentença da Tribunal Superior, incluindo a ordem da Corte de que o Reino deveria pagar ao Leigh Day £150.000 pelos custos legais de Ghanem. O Tribunal de Apelação concedeu ao Reino da Arábia Saudita permissão para recorrer em maio de 2023, mas se recusou a alterar a ordem de custas contra ele. Como o regime saudita não cumpriu as ordens do



tribunal, o Leigh Day recorreu à corte e recebeu uma ordem de que seu recurso seria rejeitado sem outra ordem, a menos que o Reino fizesse o pagamento de £210.000 como garantia para os custos de Ghanem em uma data definida. O Reino da Arábia Saudita se recusou a fornecer essa garantia e manteve sua afirmação de imunidade soberana em relação à reivindicação de Ghanem. Por isso, o recurso do Reino foi indeferido pelo Tribunal, que ordenou que o Reino confirmasse se

desejava defender toda ou parte da reivindicação de Ghanem e apresentasse sua defesa.

Os advogados anteriores do Reino da Arábia Saudita não estão mais atuando para o Reino, e se recusam a se envolver mais nesse processo. Ghanem continua empenhado em prosseguir com sua ação contra o Reino da Arábia Saudita e, em breve, solicitará à Corte que profira uma sentença a seu favor.

Reino do Bahrein

Spyware e repressão transnacional: Dr. Saeed Shehabi e Sr. Moosa Mohammed

Atualmente, Leigh Day representa o Dr. Shehabi e o Sr. Mohammed em suas ações contra o Reino do Bahrein. Os dois dissidentes bahreinenses estão envolvidos em ativismo político há vários anos para destacar e condenar abusos de direitos humanos no país.

Eles alegam que, em 2011, o país infectou seus laptops com um software de vigilância malicioso chamado FinSpy. O spyware foi criado pela empresa de tecnologia anglo-alemã Gamma Group. Os dissidentes acreditam que a infecção foi realizada, dirigida, autorizada ou causada pelo governo do Bahrein ou seus agentes.

Em uma audiência anterior no Tribunal Superior, em fevereiro de 2022, o governo do Bahrein argumentou que é imune à jurisdição dos tribunais da Inglaterra e do País de Gales, que o pedido dos dissidentes para servir fora da jurisdição do Reino do Bahrein deveria ser anulado e que o Tribunal Superior não tem jurisdição para ouvir as ações, portanto, elas deveriam ser indeferidas. O Dr. Shehabi e o Sr. Mohammed, por sua vez, argumentaram que, uma vez que as alegações se referem a danos pessoais causados por atos ou

omissões no Reino Unido, se aplica a exceção da Lei de Imunidade do Estado de 1978, de modo que o Reino do Bahrein não tem imunidade em relação a esses processos.

Em fevereiro de 2023, o Tribunal Superior rejeitou os argumentos do Reino do Bahrein. O tribunal decidiu que o Reino do Bahrein não tem imunidade nos termos da Lei de Imunidade do Estado de 1978 em relação ao suposto uso do software de vigilância FinFisher para se infiltrar nos computadores do Dr. Shehabi e do Sr. Mohammed. O Reino de Bahrein recorreu dessa sentença, e uma audiência de apelação foi realizada perante o Tribunal de Apelação em julho de 2024. Em outubro de 2024, o Tribunal de Apelação negou provimento ao recurso do Reino do Bahrein e decidiu cada um dos argumentos levantados pelo Reino em favor da Dra. Shehabi e do Sr. Mohammed.



Ruanda

Spyware

- 1) Faustin Rukundo
- 2) Violette Uwamahoro v. República de Ruanda

Atualmente, o Leigh Day está representando Faustin Rukundo (Faustin) e Violette Uwamahoro (Violette), marido e mulher, em sua ação contra a República de Ruanda.

Faustin e Violette alegam que o telefone de Faustin foi alvo do spyware Pegasus durante a invasão do WhatsApp em abril de 2019. A conta de WhatsApp de Faustin foi confirmada como uma das 1.400 visadas globalmente em um período de duas semanas.

O Facebook, proprietário do WhatsApp, abriu um processo nos Estados Unidos da América contra a NSO, a empresa que cria o software.

Faustin é um ativista e membro do grupo de oposição política exilado, o Congresso Nacional de Ruanda. Faustin e Violette estão entrando com uma ação por danos pessoais resultantes do uso indevido de informações privadas, assédio e infligência intencional de sofrimento emocional em relação ao spyware.

O Leigh Day apresentou a ação de Faustin e Violette na Tribunal Superior em maio de 2022 e recebeu permissão para notificar a República de Ruanda da ação em setembro de 2022. O processo de citação da República de Ruanda era complexo e, portanto, a citação só foi realizada em Ruanda em abril de 2024. Faustin e Violette aguardam a decisão do Tribunal sobre a sua ação..



Faustin Rukundo e Violette Uwamahoro

Emirados Árabes Unidos

Corrupção internacional/denúncias, EY (antiga Ernst & Young)

O Leigh Day atuou para o Sr. Amjad Rihan, ex-sócio da empresa de contabilidade EY (anteriormente conhecida como Ernst & Young), em uma ação judicial contra várias entidades da EY Network.

O Sr. Rihan alegou que foi forçado a se demitir da empresa depois de se recusar a participar de um encobrimento de suspeita de lavagem de dinheiro em uma grande refinaria de ouro em Dubai.

Em sua sentença de 17 de abril de 2020, o Tribunal Superior de Londres concluiu que os Réus da EY violaram repetidamente as obrigações profissionais e éticas ao lidar com a auditoria e concedeu ao Sr. Rihan \$10.843.941 (dólares americanos) e £117.950 em danos.

O Sr. Rihan foi o sócio responsável por um compromisso de "garantia" em 2013 em relação a uma refinaria de ouro de Dubai, a Kaloti Jewellery International.

O objetivo do trabalho era fornecer uma garantia razoável aos usuários finais, incluindo consumidores, associações comerciais e bancos de ouro, de que o ouro da Kaloti não estava ligado à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo ou a conflitos armados.

Durante o trabalho, Rihan e sua equipe descobriram violações graves das normas aplicáveis, incluindo transações em dinheiro no valor de bilhões de dólares; importação de grandes quantidades de ouro de fornecedores marroquinos que haviam sido revestidas com prata para evitar restrições à exportação de ouro; e transações com países de alto risco, como Sudão, RDC e Irã, sem a devida diligência.

Depois que o Sr. Rihan encaminhou essas questões ao "escritório global" da EY em Londres, os Réus da EY sediados em Londres assumiram o controle da abordagem da auditoria da Kaloti e, em colaboração com o órgão regulador de Dubai, participaram de várias medidas destinadas a ocultar os resultados da auditoria da visão e do escrutínio públicos.

O tribunal considerou que os relatórios de auditoria que acabaram sendo publicados eram enganosos, pois evitavam chamar a atenção para os resultados da auditoria.

Enquanto isso, o Sr. Rihan não teve outra opção a não ser renunciar e tornar as descobertas públicas, o que ele fez em 2014.

Depois que o Sr. Rihan fez a denúncia, os indivíduos por trás da empresa que fornecia o ouro marroquino revestido de prata foram condenados por acusações relacionadas à lavagem de dinheiro e tráfico de drogas em um tribunal francês em 2017.

O caso do Sr. Rihan é a primeira vez em que entidades "globais" sediadas no Reino Unido em uma empresa multinacional foram responsabilizadas legalmente por danos ocorridos no contexto de uma auditoria ou contrato de garantia no exterior.

Ao decidir contra os Réus da EY, o tribunal se baseou na decisão histórica da Suprema Corte no caso Vedanta (no qual o Leigh Day atuou para os Requerentes), que concluiu que uma empresa matriz sediada no Reino Unido poderia ser responsável por danos decorrentes das atividades de sua subsidiária no exterior.

O caso do Sr. Rihan também levanta questões importantes sobre a integridade dos processos de certificação, como os que sustentaram o compromisso da Kaloti, e, em especial, se agora é necessária uma supervisão independente adicional para restaurar a confiança nesses esquemas.

Arábia Saudita

Suborno

O Leigh Day atua para o tenente-coronel Ian Foxley, um denunciante que levantou preocupações de que pagamentos corruptos, totalizando muitos milhões de libras, estavam sendo pagos regularmente a funcionários sauditas de alto escalão para garantir um importante acordo de defesa do governo com a Guarda Nacional da Arábia Saudita, conhecido como Projeto SANGCOM.



Quase sete anos de agonia para mim e para minha família chegaram ao fim com a total justificação do tribunal. Minha vida virou de cabeça para baixo quando fui cruel e duramente punido por insistir em fazer meu trabalho de forma ética, profissional e legal em relação às auditorias de ouro em Dubai. O tribunal decidiu a meu favor e considerou que a EY violou seus deveres para comigo, pelo que sou muito grato. Espero que a EY use esse julgamento como uma oportunidade para melhorar e tomar as medidas necessárias para evitar que algo assim volte a acontecer.

Amjad Rihan, cliente do Leigh Day

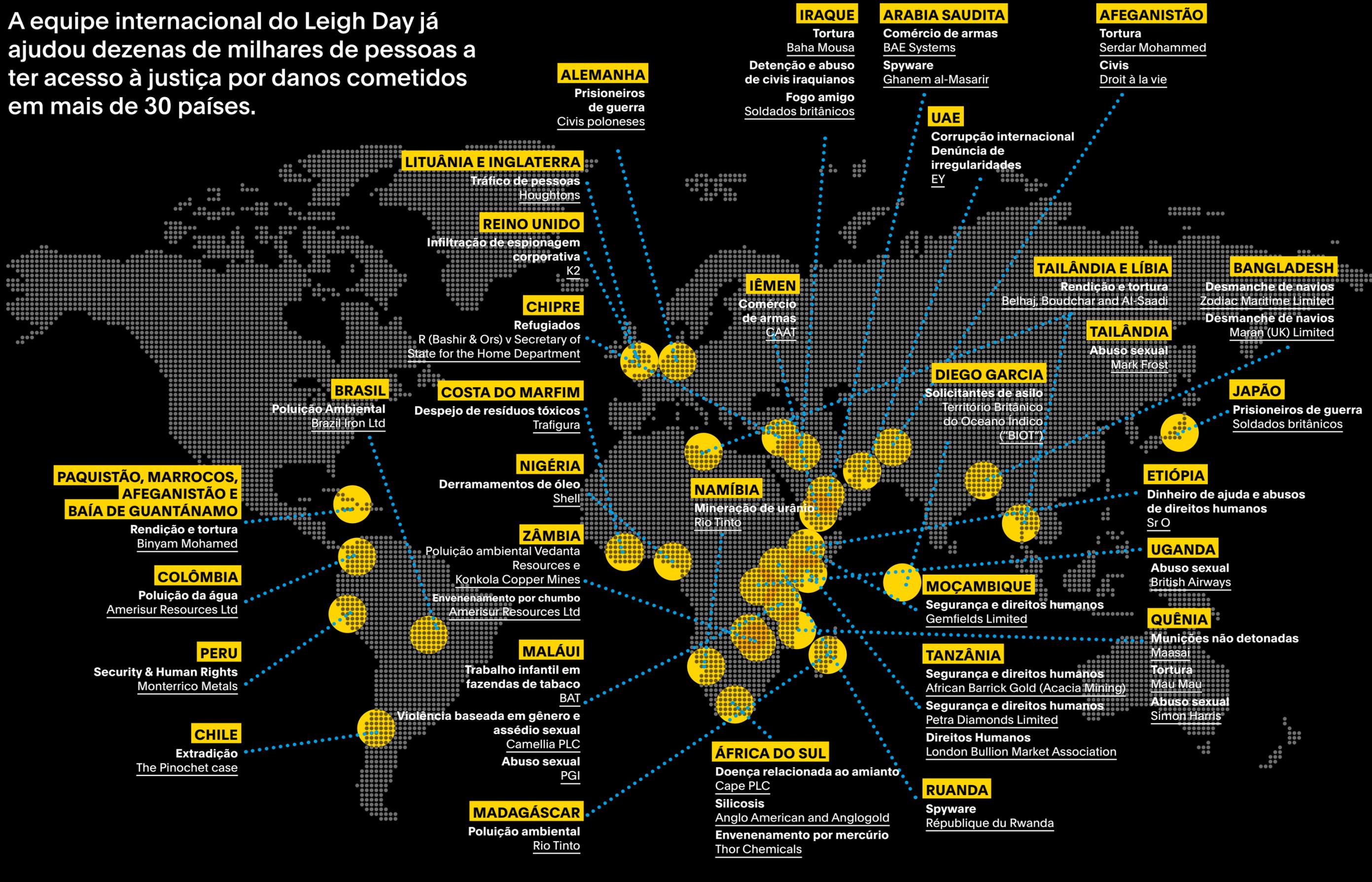
Na época, o Sr. Foxley era Diretor de Programas da GPT Special Project Management Ltd (GPT), uma subsidiária da Airbus que o MOD havia contratado para auxiliar na entrega do Projeto SANGCOM. O Sr. Foxley levou suas preocupações aos altos funcionários do Ministério da Defesa (MOD), que relataram suas revelações à GPT sem seu conhecimento ou consentimento. O Sr. Foxley alega que, ao saber de suas revelações, a diretora administrativa da GPT (uma princesa saudita de alto escalão) ameaçou mandá-lo para a cadeia em Riad, fazendo com que ele fugisse da Arábia Saudita temendo por sua segurança. Após retornar a Londres, seu contrato com a GPT foi rescindido, o que, segundo o Sr. Foxley, o deixou impossibilitado de obter emprego no setor de defesa.

Uma investigação subsequente do Serious Fraud Office fez com que a GPT se declarasse culpada de um crime de corrupção, resultando em multas e confiscos no valor total de £ 28 milhões. O caso do Sr. Foxley é que as provas descobertas nos processos criminais revelaram que a corrupção foi orquestrada e mantida nos níveis mais altos do governo britânico, desde a década de 1970.

O Sr. Foxley está entrando com uma ação judicial no Tribunal Superior de Londres contra a GPT e o MOD. O Sr. Foxley alega que o comportamento antiético e ilegal dos réus ao fazer/ autorizar/sancionar o suborno causou-lhe prejuízos econômicos significativos, principalmente por meio da perda de oportunidades futuras de emprego.

O caso do Sr. Foxley destaca o papel crucial daqueles que corajosamente arriscam sua segurança financeira e sua reputação para fazer uma denúncia. Sem suas revelações, essa corrupção e suborno de alto nível talvez nunca tivessem vindo à tona.

A equipe internacional do Leigh Day já ajudou dezenas de milhares de pessoas a ter acesso à justiça por danos cometidos em mais de 30 países.



Exploração e escravidão moderna

A exploração e a escravidão moderna são um grande negócio. Estima-se que ela movimente £115 bilhões em todo o mundo. Acredita-se que mais de 40 milhões de pessoas tenham sido afetadas, incluindo quase 25 milhões de pessoas presas em trabalhos forçados. A grande maioria está sujeita à exploração do trabalho no setor privado, muitas vezes na construção civil, na agricultura ou no trabalho doméstico. A responsabilização das empresas por essas violações graves e generalizadas dos direitos humanos é essencial não apenas para acabar com o sofrimento das vítimas de hoje, mas também para evitar que mais pessoas sejam submetidas a essas práticas abusivas no futuro.

Estamos usando nossa experiência jurídica na apresentação de ações complexas para ajudar a combater a escravidão moderna, seja no Reino Unido ou no exterior. Estamos representando vítimas de tráfico humano em ações civis contra empresas e organizações britânicas envolvidas ou que lucram com a exploração a que são submetidas.

Também estamos defendendo o aperfeiçoamento das leis, enviando evidências, por exemplo, aos parlamentos britânico e australiano sobre possíveis aprimoramentos na lei para oferecer maior proteção às pessoas em risco. Trabalhamos com uma série de ativistas que buscam melhorar o acesso à justiça para as vítimas de exploração e escravidão moderna.



Lituânia & Inglaterra

Tráfico de pessoas, Houghtons



Em 2016, o Leigh Day conseguiu uma indenização substancial para os primeiros seis reclamantes a entrarem com um processo no Tribunal Superior de Londres contra uma empresa britânica por escravidão moderna. O caso alegava que a empresa, DJ Houghton Catching Services Limited, e seu diretor e secretário da empresa (coletivamente, "Houghtons") haviam submetido as vítimas de tráfico de pessoas a uma grave exploração de mão de obra em fazendas no Reino Unido.

Os requerentes foram trazidos da Lituânia e colocados para trabalhar em fazendas no Reino Unido. As fazendas para as quais os Houghtons enviavam trabalhadores forneciam galinhas e ovos caipiras, inclusive para grandes empresas que produzem marcas como "Happy Eggs", disponíveis em supermercados de todo o país.

Os trabalhadores alegaram que foram submetidos a um cronograma exaustivo; assediados, agredidos e ameaçados pelos supervisores; alojados em condições terríveis; e mantidos em um estado constante de incerteza. Os trabalhadores afirmaram que foram esmurrados e insultados pelos supervisores por não trabalharem rápido o suficiente e que um homem intimidava os trabalhadores usando cães Rottweiler agressivos. Os trabalhadores sofreram uma série de lesões psiquiátricas e físicas.

Em junho de 2016, o Leigh Day obteve uma sentença da Tribunal Superior em relação a seis dos trabalhadores, afirmando que os Houghtons não haviam pago aos trabalhadores o salário mínimo legal, haviam feito deduções ilegais de seus salários e não haviam fornecido instalações adequadas para lavar, descansar, comer e beber. Em dezembro de 2016, o Leigh Day conseguiu um grande acordo de indenização para os seis homens, abrangendo todos os aspectos das ações contra os Houghtons.

Em 2017, o Leigh Day executou o acordo para garantir que nossos clientes recebessem suas indenizações.

No entanto, os Houghtons se recusaram a resolver as ações de outros 11 trabalhadores, apresentando uma nova defesa de que apenas a empresa, que não tinha ativos, poderia ser responsável pelas violações contratuais e estatutárias alegadas e os réus individuais (o diretor e o secretário da empresa) não eram pessoalmente responsáveis.

Após um julgamento preliminar de quatro dias em fevereiro de 2019, o Leigh Day garantiu uma decisão importante da Suprema Corte de que os réus individuais eram pessoalmente responsáveis por causar as violações da empresa e eram responsáveis pelo pagamento da indenização dos trabalhadores.

O juiz concluiu que os indivíduos submetem os trabalhadores a um "regime de trabalho exaustivo e explorador" e "não podem (...) ter acreditado honestamente que o que estavam fazendo com os apanhadores de frango era moral ou legalmente correto". Então, em abril de 2021, o Leigh Day garantiu prêmios de indenização significativos para os trabalhadores após um julgamento quântico. O caso atraiu muita atenção da mídia. A publicidade em torno dos seis primeiros trabalhadores fez com que o Leigh Day recebesse informações sobre a localização de um dos homens que supostamente organizou o tráfico e esteve envolvido no abuso de dezenas de trabalhadores, inclusive com o uso de cães agressivos. Como resultado, os primeiros processos criminais do caso foram iniciados na Lituânia em 2017.

Edikas Mankevicius teria usado cães agressivos para ameaçar e intimidar os trabalhadores da Houghton para mantê-los sob controle. Ele agora enfrenta um processo criminal. – Ao lado: Laurynas Kelpsa é um dos seis reclamantes que receberam indenização depois de apresentar a primeira reclamação civil contra uma empresa britânica no Tribunal Superior de Londres por escravidão moderna. Um total de 17 reclamantes deu prosseguimento ao seu caso contra os Houghtons na Inglaterra.

Maláui

Trabalho infantil em fazendas de tabaco, BAT e Imperial

O Leigh Day representa mais de 10.000 agricultores arrendatários de tabaco de Maláui, incluindo centenas de crianças, em uma ação judicial contra a British American Tobacco (BAT) e a Imperial Brands plc (Imperial), acusando-as de serem cúmplices do uso de trabalho forçado e infantil em fazendas de tabaco em Maláui.

A ação foi iniciada no Tribunal Superior em dezembro de 2020.

O grupo de agricultores e seus familiares acusam as empresas de tabaco de enriquecimento sem causa, ou seja, de terem obtido enormes lucros com as folhas colhidas pelos agricultores, que foram efetivamente forçados a trabalhar por uma remuneração muito baixa, sob medo, coação e falsos pretextos, e não tiveram outra opção a não ser colocar seus filhos para trabalhar nas fazendas também.

Argumenta-se que as crianças agricultoras realizam praticamente o mesmo trabalho que os agricultores adultos, incluindo a construção de canteiros para o plantio, a colheita de folhas de tabaco, a aplicação de pesticidas tóxicos e o empacotamento de folhas de tabaco. Eles alegam que o trabalho regularmente os impede de frequentar a escola e, muitas vezes, trabalham exaustivamente de 10 a 12 horas por dia.

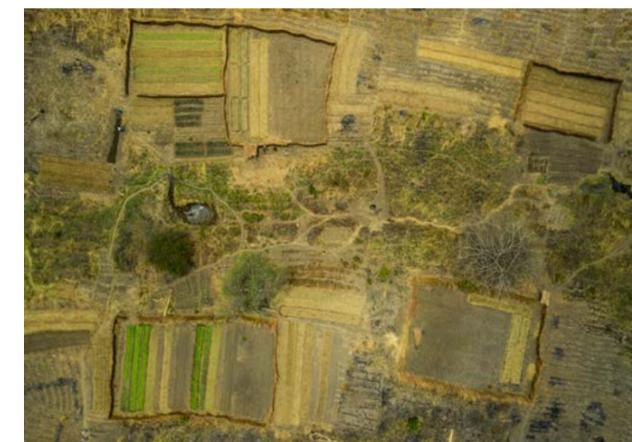
Muitos agricultores arrendatários afirmam que seus ganhos totais não passam, em média, de £100 a £200 para o trabalho de uma família de cinco pessoas por 10 meses. Os agricultores arrendatários e suas famílias vivem em fazendas de tabaco 10 meses por ano colhendo as folhas. Os agricultores arrendatários trabalham em terras pertencentes a agricultores contratados que firmam contratos com compradores de folhas para a venda do tabaco cultivado em suas terras. Em seguida, eles trazem os agricultores arrendatários para cumprir esses contratos em seu nome. Os compradores de folhas vendem as folhas para fabricantes multinacionais de cigarros, incluindo a BAT e a Imperial, que efetivamente estabelecem os preços pagos pelas folhas de tabaco.

Um fazendeiro arrendatário típico cultiva e colhe tabaco em cerca de um hectare de terra. Em média, são necessários quatro trabalhadores para uma fazenda desse porte. No entanto, os Autores argumentam que o valor pago aos fazendeiros arrendatários por suas colheitas é muito baixo para que eles possam se dar ao luxo de empregar trabalhadores para ajudar nas fazendas. Como resultado, eles não têm outra opção a não ser contar com seus filhos para trabalhar nas fazendas.

Os Autores alegam que os valores pagos no final da temporada são normalmente muito inferiores ao que foi prometido aos agricultores arrendatários e, às vezes, eles não recebem nada após as deduções de empréstimos e juros.

Muitos dos agricultores dizem que são induzidos a viajar de suas casas no sul do Maláui para as fazendas no norte sob falsos pretextos. Eles alegam que muitas vezes são enganados sobre o trabalho que farão, as condições de trabalho e de vida e o valor que receberão. Os fazendeiros contratados geralmente concedem empréstimos aos fazendeiros arrendatários com taxas de juros excessivas que, na verdade, os deixam presos a dívidas.

Os agricultores arrendatários alegam que não recebem nenhum equipamento de proteção para o trabalho e muitos sofrem lesões e doenças, inclusive a doença do tabaco verde. Muitos afirmam ter sido ameaçados com violência física e penalidades financeiras caso tentassem deixar as fazendas, e todos dependem muito dos fazendeiros contratados para obter alimentos, produtos domésticos e dinheiro durante a temporada. Os Réus solicitaram a anulação da ação em março de 2021, mas após uma audiência de dois dias perante o juiz Martin Spencer em maio de 2021, o pedido dos Réus foi recusado. A ação agora será encaminhada ao Tribunal Superior de Londres.



Um agricultor arrendatário enchendo seus regadores para poder irrigar seu viveiro de mudas de tabaco nas proximidades – Um agricultor arrendatário e sua família se dirigem aos campos de tabaco – Um agricultor arrendatário e seu filho limpam o campo de tabaco em preparação para as mudas. – Vista aérea dos viveiros de mudas de tabaco.

Abuso sexual

Representamos sobreviventes de abusos perpetrados por funcionários de instituições de caridade, missionários e indivíduos que trabalham para organizações britânicas no exterior e que, em virtude de seu status e riqueza comparativa, conseguiram explorar algumas das crianças mais vulneráveis do mundo.

Infelizmente, como as viagens internacionais se tornaram mais baratas e o wi-fi mais difundido, o "turismo sexual" aumentou em um nível assustador. Muitos de nossos clientes foram submetidos a abusos horrendos dirigidos por terceiros por meio de links de vídeo ao vivo.

Nossos clientes são de comunidades desfavorecidas, pobres e marginalizadas em países em desenvolvimento, o que não apenas os coloca em maior risco, mas também dificulta a responsabilização de seus agressores. A equipe do Leigh Day trabalha em estreita colaboração com as autoridades locais e internacionais e com organizações não governamentais para obter indenização para nossos clientes e o reconhecimento dos atos de abuso que sofreram.



Quênia & Uganda

Abuso sexual, British Airways

Simon Wood, piloto da British Airways, abusou sexualmente de muitas crianças e jovens no Quênia e em Uganda durante um período de 10 anos. Representamos 22 crianças e jovens adultos do Quênia e 15 de Uganda que haviam sido abusados sexualmente por Simon Wood.

Estou muito feliz porque, quando criança, fui ouvida.

Palavras de um cliente após a resolução de sua acaço (2016)

Por mais que isso me lembre de tudo o que aconteceu no começo, por outro lado não sinto nada, sinto que vou ser [REDACTED] novamente porque acho que vou voltar para a escola e vou fazer um tratamento que me dá esperança na vida.

Algumas das sobreviventes foram repetidamente estupradas. Avaliações psiquiátricas constataram que muitas das crianças estavam sofrendo de lesões psiquiátricas graves.

Os sobreviventes alegaram que Simon Wood, um piloto da British Airways, teve acesso às crianças e praticou o abuso por meio de seu trabalho voluntário como parte do trabalho de caridade da British Airways. Eles alegaram que a British Airways foi negligente porque não tomou medidas para evitar o abuso, apesar de as suspeitas terem sido levantadas em várias ocasiões com a companhia aérea.

O caso foi resolvido com sucesso. Espera-se que o acordo ajude de alguma forma as crianças a se recuperarem do trauma que sofreram.

However much this reminds me each and everything happened in the first, in the other side I feel hope, I feel that I am going to be [REDACTED] again because I think I am going back to school and I am going to have treatment - that gives me hope for life.

Tailândia

Abuso sexual, Mark Frost

Mark Frost se aproveitava de meninos de famílias pobres e desesperadas na Tailândia. Ele os tratava com doces, presentes e permitia que brincassem em sua piscina.

Depois de ganhar a confiança delas, ele cometeu atos horríveis de abuso contra elas. Alguns dos abusos foram transmitidos ao vivo e dirigidos por outro homem.

Em sua sentença, em fevereiro de 2017, o juiz descreveu os atos de Frost como "o mais terrível catálogo de abuso sexual", abuso que foi "horrível e profundamente perturbador".

Representamos os sobreviventes em pedidos de indenização contra Mark Frost. O acordo que alcançamos permitirá que esses oito meninos tenham acesso a tratamento terapêutico e retornem à escola.

Quênia

Abuso sexual, Simon Harris

Simon Harris abusou de muitas crianças de rua vulneráveis no Quênia ao longo de vários anos.

Em sua sentença, o juiz disse: "Está muito claro que você tem um interesse sexual ilegal em meninos"

Depois de testemunharem corajosamente contra Harris em seu julgamento criminal, representamos essas crianças em ações civis contra Simon Harris.

O acordo dessas ações significa que essas crianças têm a chance de sair das ruas e ter acesso a um futuro melhor.



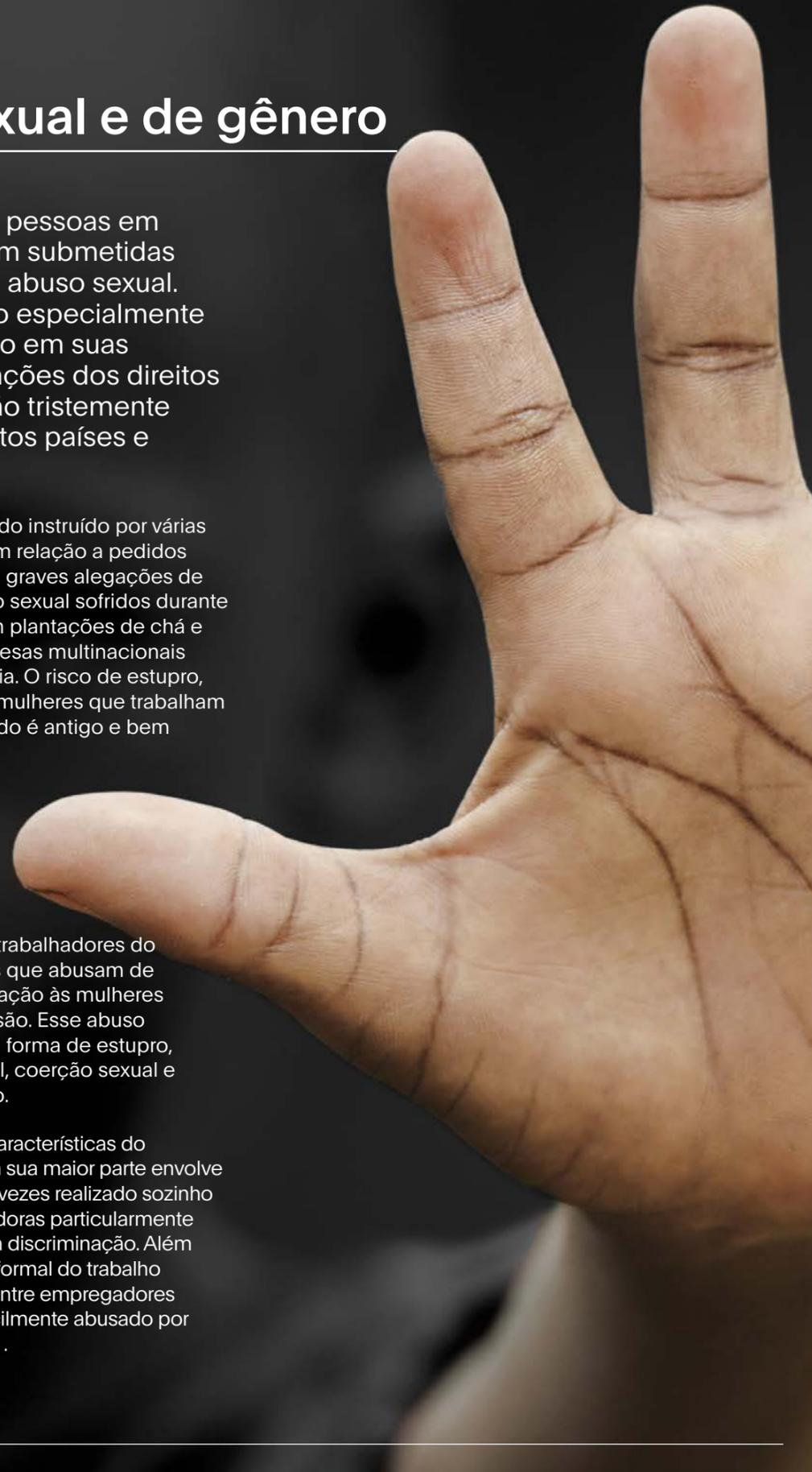
Violência sexual e de gênero

O Leigh Day representa pessoas em todo o mundo que foram submetidas a violência de gênero e abuso sexual. Mulheres e crianças são especialmente vulneráveis à exploração em suas comunidades e as violações dos direitos humanos contra elas são tristemente predominantes em muitos países e setores.

Desde 2019, o Leigh Day tem sido instruído por várias trabalhadoras de plantações em relação a pedidos de indenização decorrentes de graves alegações de agressões sexuais e/ou assédio sexual sofridos durante o exercício de suas funções em plantações de chá e nozes de propriedade de empresas multinacionais britânicas no Malawi e no Quênia. O risco de estupro, abuso sexual e assédio contra mulheres que trabalham em plantações em todo o mundo é antigo e bem documentado.

Há um problema sistêmico de trabalhadores do sexo masculino nas plantações que abusam de suas posições de poder em relação às mulheres que trabalham sob sua supervisão. Esse abuso de poder geralmente assume a forma de estupro, agressão sexual, assédio sexual, coerção sexual e comportamento discriminatório.

Isso se deve ao fato de que as características do trabalho nas plantações, que em sua maior parte envolve trabalho não qualificado, muitas vezes realizado sozinho nos campos, tornam as trabalhadoras particularmente vulneráveis à violência sexual e à discriminação. Além disso, a natureza temporária e informal do trabalho cria um desequilíbrio de poder entre empregadores e empregados, que pode ser facilmente abusado por supervisores do sexo masculino.



Maláui

Violência sexual e de gênero, PGI Group Ltd / Lujeri Tea Estates

O Leigh Day representou 36 mulheres malauianas que alegaram ter sofrido violência de gênero (inclusive, em alguns casos, estupro) e assédio sexual enquanto trabalhavam em propriedades de chá nos distritos de Mulanje e Thyolo, em Malawi. As mulheres eram funcionárias da Eastern Produce Malawi Ltd (“EPM”), uma subsidiária indireta da Camellia plc.

A Lujeri fornece algumas das marcas de chá mais conhecidas do Reino Unido, como PG Tips, Tetley e Yorkshire Tea, bem como vários dos maiores supermercados da Grã-Bretanha, incluindo Waitrose, Marks & Spencer, Tesco e Sainsbury’s, para seus chás de marca própria. Em março de 2021, uma investigação do Sunday Times revelou que, “sob pressão dos compradores”, a Lujeri havia contratado a Impactt, uma consultoria de comércio ético, para investigar as alegações de abuso sexual na propriedade. De acordo com o relatório do Sunday Times, “as descobertas foram contundentes”,

Mais ou menos na mesma época da investigação do Sunday Times, o credenciamento da Lujeri na Rainforest Alliance foi suspenso, como resultado de auditorias de investigação não anunciadas, que encontraram várias áreas de não conformidade com os padrões relevantes da Rainforest Alliance, incluindo assédio sexual. Ele foi restabelecido em outubro de 2021. O caso foi resolvido extrajudicialmente de forma confidencial, sem admissão de responsabilidade, em julho de 2022.



Maláui

Violência sexual e de gênero, Camellia PLC

O Leigh Day representa 36 mulheres malauianas que alegam ter sofrido violência de gênero (incluindo, em alguns casos, estupro) e assédio sexual durante seu trabalho em fazendas de chá nos distritos de Mulanje e Thyolo, no Maláui, enquanto empregadas pela Eastern Produce Malawi Ltd (EPM), uma subsidiária indireta da Camellia plc.

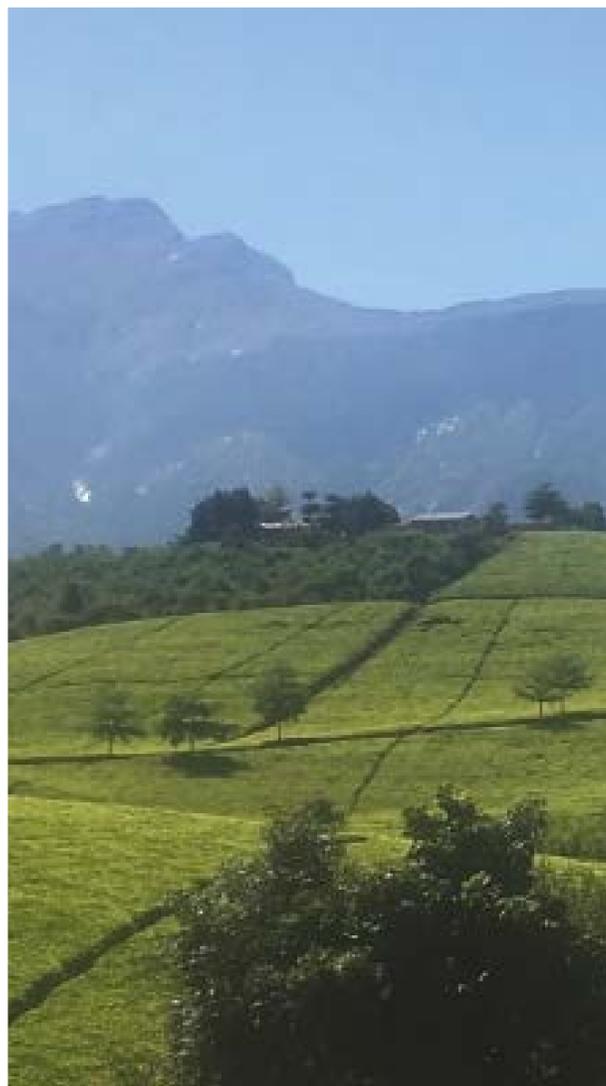
Essas ações foram emitidas no Tribunal Superior de Londres em 31 de outubro de 2019 contra a Camellia Plc, a Linton Park Plc, a Robertson Bois Dickson Anderson Limited, juntas "os Réus ingleses" e a EPM.

Em 11 de fevereiro de 2021, uma solução inovadora para as ações foi acordada entre as partes. Inclui indenização para as Autoras e o estabelecimento de várias medidas destinadas a melhorar a segurança e a proteção das funcionárias da EPM e melhorar as condições para as mulheres na comunidade em geral. Essas medidas incluem uma Iniciativa de Empoderamento das Mulheres, que financiará projetos para melhorar as habilidades, as oportunidades de emprego e o nível de escolaridade de mulheres e meninas nas operações da EPM e em seus arredores.

Além disso, a EPM concordou em fazer alterações em suas práticas de trabalho para melhorar a segurança e as condições de trabalho das mulheres que trabalham em suas propriedades. É importante ressaltar que a EPM estabeleceu um sistema de monitoramento independente.

Mecanismo de queixas em nível operacional para garantir que qualquer indivíduo que deseje fazer uma queixa em relação à violência de gênero e/ou assédio sexual em suas operações possa obter a solução adequada imediatamente. O Mecanismo de Reclamações em nível operacional será supervisionado por especialistas internacionais.

Este é um acordo inovador, que oferece não apenas indenização para as Autoras, mas também mudanças significativas nas práticas de trabalho da EPM e uma ampla gama de medidas que também devem trazer melhorias e oportunidades significativas para mulheres e crianças nas comunidades em que a EPM opera nos próximos anos.



Quênia

Violência sexual e de gênero, Unilever

O Leigh Day está atuando em nome de mais de 80 mulheres quenianas que alegam ter sofrido assédio sexual e violência de gênero durante o período em que trabalharam em fazendas de chá no Quênia, na época de propriedade da Unilever plc.

Alguns dos relatos feitos pelas Requerentes (inclusive o assédio sexual por supervisores homens ou a coação para um relacionamento sexual por medo de perder o emprego) refletem muitas das preocupações levantadas por trabalhadoras de plantações em todo o mundo e representam questões sistêmicas mais amplas em toda a cadeia de suprimentos do agronegócio – o setor de chá em particular.

As ações são movidas por negligência, com base no fato de que havia um problema claro e sistêmico de assédio sexual e violência de gênero nas fazendas de chá e que a Unilever Plc, como empresa controladora, devia às Requerentes o dever de tomar todas as medidas razoáveis para evitar que elas fossem submetidas a maus-tratos sexuais.



Ações de direito civil contra a governo britânico

Os casos do Leigh Day em nome de cidadãos britânicos e estrangeiros cujos direitos foram violados pelo governo britânico resultaram em justiça essencial para nossos clientes. Isso ocorre apesar da enorme pressão exercida pelo Estado em tais casos. Ao buscar esses casos, nossos clientes ajudaram a defender o estado de direito. Esses casos envolveram questões jurídicas extraordinariamente complexas, envolvendo o direito internacional, as leis de guerra e as leis nacionais de diferentes países.

Coronel Daoud Mousa, pai de Baha Mousa

Iraque

Tortura, Baha Mousa

Baha Mousa, um recepcionista de hotel de 26 anos, e outras nove pessoas foram detidas pelas forças britânicas em Basra, no sudeste do Iraque, em setembro de 2003.

Trinta e seis horas depois de ser detido, Baha Mousa estava morto. Ele foi espancado e submetido a “técnicas de condicionamento”, como encapuzamento, privação de sono e posições de estresse.

Uma autópsia constatou 93 lesões separadas em seu corpo, incluindo costelas fraturadas e um nariz quebrado.

O Leigh Day representou a família de Baha Mousa e os nove detentos em um processo civil contra o Ministério da Defesa por tortura e tratamento ilegal.

Em julho de 2008, o Ministério da Defesa fez um acordo no valor de £2,83 milhões.

Em maio de 2008, o governo do Reino Unido anunciou que seria realizada uma investigação pública para examinar as circunstâncias que levaram à morte de Baha Mousa e aos maus-tratos de outras nove pessoas, e até que ponto o uso de “técnicas de condicionamento” – proibidas pelo governo do Reino Unido desde 1972 – foi autorizado pela Cadeia de Comando do Exército. O Leigh Day representou conjuntamente as nove vítimas e a família de Baha Mousa no inquérito público.

Em 2011, a investigação foi concluída e, em seu relatório, o presidente da investigação, Sir William Gage, criticou duramente o Ministério da Defesa por falhas sistêmicas que ele implicou diretamente na morte de Baha Mousa.



Baha Mousa com sua esposa e filhos.

Paquistão, Marrocos, Afeganistão & Guantanamo Bay

Rendição e tortura, Binyam Mohamed

Binyam Mohamed, residente britânico, foi detido no Paquistão em 2002. Ele foi detido e torturado por dois anos, inicialmente no Paquistão e depois em instalações de detenção secretas no Marrocos e no Afeganistão. Ele foi então transferido para o famoso centro de detenção dos EUA na Baía de Guantánamo, de onde foi finalmente libertado em 2009.

O Leigh Day representou Binyam Mohamed em um processo civil contra os serviços de segurança britânicos, o Foreign Office e o Home Office.

Obtivemos informações do governo britânico sobre seu envolvimento na detenção e nos interrogatórios de Binyam Mohamed.

Em seguida, representamos Binyam Mohamed para processar com sucesso o governo britânico por cumplicidade em sua detenção ilegal e maus-tratos.

Em 2008, a Tribunal Superior Inglês decidiu que os serviços de segurança britânicos haviam facilitado o interrogatório de Binyam Mohamed no Paquistão, apesar de saberem que sua detenção lá era ilegal.

O Tribunal também constatou que eles continuaram a facilitar suas entrevistas para as autoridades dos EUA durante os dois anos seguintes, apesar de saberem que Binyam Mohamed estava sendo mantido em detenção secreta fora da custódia dos EUA.

O Tribunal Superior de Londres concluiu ainda que Binyam Mohamed foi submetido a um tratamento no Paquistão que, se tivesse sido administrado por funcionários do Reino Unido, teria violado a proibição de tortura do Reino Unido.

A ação civil de Binyam Mohamed foi resolvida com sucesso em 2010. O litígio levou ao anúncio pelo primeiro-ministro britânico de um inquérito público, chamado de "Detainee Inquiry", para examinar o papel do Reino Unido no tratamento inadequado de detentos mantidos em operações antiterroristas no exterior.



Cliente, Binyam Mohamed

Campo minado na Baía de Guantánamo, Cuba



Tailândia & Líbia

Rendição e tortura, Belhaj, Boudchar e Al-Saadi

No início de março de 2004, Abdul-Hakim Belhaj, um antigo opositor do regime de Gaddafi na Líbia, e sua esposa grávida, Fatima Boudchar, foram detidos e torturados em um local negro da CIA em Bangkok e depois levados para a Líbia.

No início de março de 2004, Abdul-Hakim Belhaj, um antigo opositor do regime de Gaddafi na Líbia, e sua esposa grávida, Fatima Boudchar, foram detidos e torturados em um local negro da CIA em Bangkok e depois levados para a Líbia.

No final daquele mês, outro oponente de Kadafi, Sami al-Saadi, sua esposa e seus quatro filhos pequenos foram sequestrados em Hong Kong e levados para a Líbia. As crianças, que na época tinham entre seis e 12 anos de idade, ficaram totalmente aterrorizadas durante o voo de rendição. Eles foram mantidos em uma seção não iluminada da aeronave, sem saber se seus pais estavam a bordo. Uma vez na Líbia, Abdul-Hakim Belhaj e Sami al-Saadi foram detidos, torturados e submetidos a julgamentos flagrantemente injustos antes de serem condenados à morte. Ambos foram posteriormente liberados em março de 2010. A Sra. Boudchar ficou presa na Líbia por quatro meses enquanto estava grávida. Ela foi libertada apenas três semanas antes de dar à luz, quando sua saúde e a do bebê estavam em estado precário.

Após a queda do regime de Gaddafi na Líbia, em 2011, foram descobertos documentos confidenciais nos escritórios de funcionários da inteligência líbia em Trípoli que mostravam o aparente envolvimento dos serviços de segurança britânicos – MI5 e MI6 – nas entregas extraordinárias de Abdul-Hakim Belhaj e Sami al-Saadi e suas famílias. Isso incluía um fax aparentemente enviado pelo MI6 aos serviços de inteligência líbios em 1º de março de 2004, no qual o MI6 informava os líbios sobre o paradeiro do Sr. Belhaj na Malásia.

O Leigh Day, trabalhando em conjunto com a organização não governamental Reprieve, abriu um processo no Tribunal Superior de Londres em junho de 2012 em nome de ambas as famílias contra Jack Straw (ex-Secretário de Relações Exteriores), Sir Mark

Abdul Hakim-Belhaj rencontre l'ambassadeur du Royaume-Uni.
• Cori Crider de Reprieve avec Fatima Boudchar ; Le fils de Fatima et l'associée de Leigh Day, Sapna Malik.



10 DOWNING STREET
LONDON SW1A 2AA

Sr. Belhaj e Sra. Boudchar -

O Procurador-Geral e altos funcionários do governo do Reino Unido ouviram diretamente de ambos sobre sua detenção, entrega e as experiências angustiantes que sofreram. Seus relatos foram comoventes e o que aconteceu com você é profundamente preocupante. Está claro que os dois foram submetidos a um tratamento terrível e que sofreram muito, principalmente a afronta à dignidade da Sra. Boudchar, que estava grávida na época. O governo do Reino Unido acredita em suas contas. Nenhum de vocês deveria ter sido tratado dessa forma.

As ações do governo do Reino Unido contribuíram para sua detenção, rendição e sofrimento. O governo do Reino Unido compartilhou informações sobre você com seus parceiros internacionais.

Deveríamos ter feito mais para reduzir o risco de que vocês fossem maltratados. Aceitamos que isso foi uma falha de nossa parte. Mais tarde, durante sua detenção na Líbia, buscamos informações sobre e de você. Perdemos erroneamente oportunidades de aliviar sua situação: isso não deveria ter acontecido.

Em nome do governo de Sua Majestade, peço desculpas sem reservas. Lamentamos profundamente a provação que ambos sofreram e o nosso papel nessa provação.

O governo do Reino Unido aprendeu muitas lições com esse período. Deveríamos ter entendido muito antes as práticas inaceitáveis de alguns de nossos parceiros internacionais. E lamentamos sinceramente nossas falhas.

Iraque

Detenção e abuso, civis iraquianos

O Leigh Day representou centenas de civis iraquianos em reclamações contra o governo britânico. As ações envolvem alegações de agressões, detenções ilegais, tratamento desumano e degradante, tortura e mortes ilegais por soldados britânicos no Iraque entre 2003 e 2010.

Após acordos extrajudiciais de mais de 320 casos entre 2008 e 2014, várias questões jurídicas importantes nos casos restantes foram decididas pelos tribunais ingleses, incluindo a Suprema Corte, de 2014 até o início de 2017.

Então, em dezembro de 2017, um juiz da Tribunal Superior proferiu uma sentença histórica após julgamentos completos em quatro ações de teste, concluindo que os Requerentes haviam sido submetidos pelo exército britânico a tratamento desumano e degradante e detenção ilegal em violação de seus direitos protegidos pela Convenção Europeia de Direitos Humanos, pela lei inglesa e pelas Convenções de Genebra.

Todos os quatro Requerentes receberam indenizações.



Soldados britânicos submetem prisioneiros iraquianos a tratamento degradante e desumano em Camp Bread Basket, Basra, Iraque, em 15 de maio de 2003.



Sapna Malik com clientes iraquianos e o ex-deputado Jo Whalley. • A sócia Sapna Malik entrevista um cliente na Síria.



Iraque

Fogo amigo, soldados britânicos

Em 25 de março de 2003, o quarto dia da Guerra do Iraque, um tanque britânico Challenger II foi atacado por engano por outro tanque britânico. Dois soldados foram mortos e outros dois tripulantes ficaram gravemente feridos no chamado fogo amigo.



Andrew Julien,
Leigh Day client

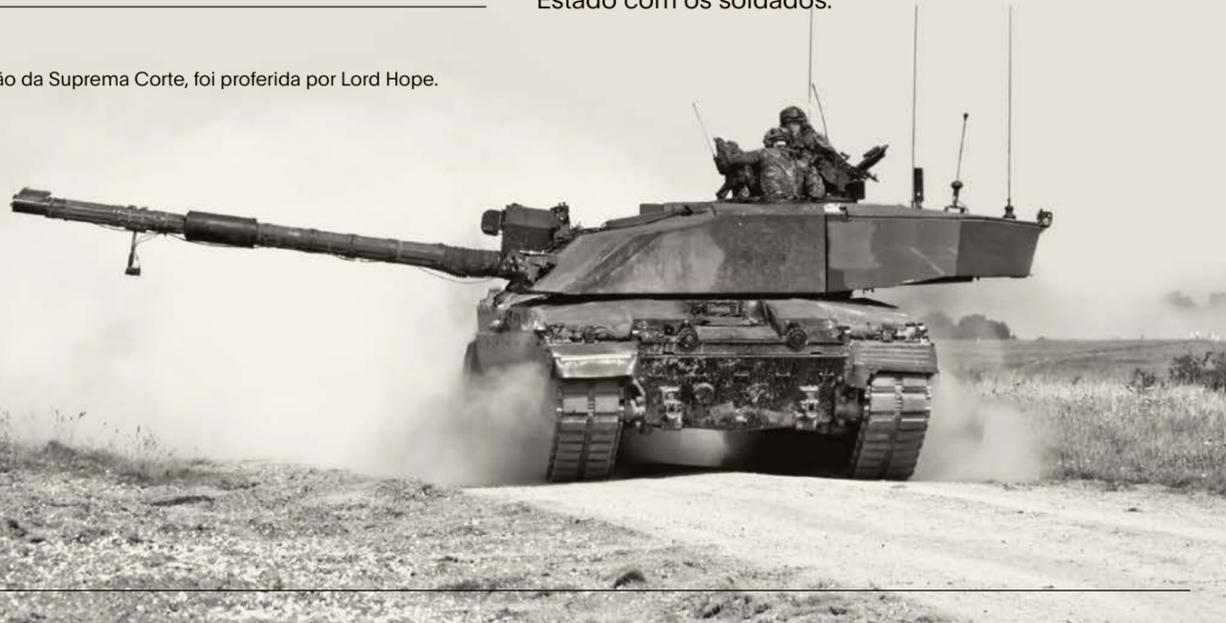
As ações do Challenger são sobre supostas falhas no treinamento, incluindo treinamento antes da implantação e no teatro de operações, e no fornecimento de tecnologia e equipamentos... No estágio em que os homens estão sendo treinados... ou em que as decisões estão sendo tomadas sobre a instalação de equipamentos em tanques ou outros veículos de combate, há tempo para pensar bem, planejar e fazer julgamentos. Essas atividades são suficientemente distantes das pressões e dos riscos de operações ativas contra o inimigo para que não seja irracional esperar que um dever de cuidado seja exercido.

O Leigh Day representou a família do cabo Stephen Allbutt, morto no incidente, e de Daniel Twiddy e Andrew Julien, dois soldados gravemente feridos no ataque. A alegação contra o Ministério da Defesa do Reino Unido era de que ele havia sido negligente por não ter treinado e equipado adequadamente os soldados e/ou seus tanques com a tecnologia que poderia ter evitado os ferimentos e a morte.

O Ministério da Defesa argumentou que não tinha o dever de cuidar porque as mortes e lesões ocorreram em batalha e, portanto, estão cobertas pela doutrina da imunidade de combate. Também argumentou que a acação levantou questões sobre recursos militares e aquisições, que são políticas e não judiciais. Esses argumentos foram derrotados no Tribunal Superior de Londres, no Tribunal de Recursos e na Suprema Corte. No final, os requerentes decidiram não prosseguir com o caso. No entanto, o caso estabeleceu um importante princípio jurídico com relação ao dever de cuidado do Estado com os soldados.

Senhor Hope

A principal decisão da Suprema Corte, foi proferida por Lord Hope.



Afeganistão

Tortura, Serdar Mohammed

O Leigh Day já representou mais de 20 cidadãos afegãos em ações contra o governo britânico. As ações referem-se a alegações de detenção ilegal, tratamento desumano e degradante, agressões e mortes ilegais por soldados britânicos no Afeganistão entre 2005 e 2013. A maioria dessas ações foi suspensa enquanto se aguardava o julgamento do caso principal de Serdar Mohammed, mas agora está em andamento.

Serdar Mohammed foi preso no Afeganistão em abril de 2010 e detido sem acusação por 104 dias pelas Forças Armadas britânicas.

Em seguida, ele foi transferido para a custódia afegã, onde alega ter sido torturado, forçado a imprimir uma confissão com o polegar e condenado a uma longa pena de prisão após um julgamento de 15 minutos em um idioma que ele não entendia.

Em julho de 2015, o Tribunal de Apelação do Reino Unido decidiu que a detenção de Serdar Mohammad por mais de 96 horas era ilegal.

O Ministério da Defesa recorreu da decisão e a questão foi levada à Suprema Corte.

Em janeiro de 2017, a Suprema Corte decidiu que, além de várias resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, as forças britânicas tinham o poder legal de deter prisioneiros no Iraque e no Afeganistão por um período superior a 96 horas, desde que isso fosse "necessário por motivos imperativos de segurança".

No entanto, a Suprema Corte também considerou que as forças britânicas tinham o dever de fornecer garantias processuais adequadas a esses detentos para evitar que sua detenção se tornasse arbitrária e que Serdar Mohammed havia sido privado dessas garantias mínimas.



Processos de direito público contra o governo britânico

O trabalho do Leigh Day, que representa os indivíduos mais marginalizados em todo o mundo, lida repetidamente com as questões de direitos humanos mais desafiadoras de nosso tempo. Atuando para clientes em todo o mundo, nossos casos de direito público responsabilizam o governo do Reino Unido pelas decisões tomadas, que têm consequências que vão muito além das fronteiras do Reino Unido, e promovem os direitos humanos por meio de casos em tribunais regionais e internacionais fora do Reino Unido. Em sua essência, muitos desses casos visam garantir que os governos ajam de forma justa e equitativa e que haja responsabilidade e transparência em suas ações. O Leigh Day continua lutando com unhas e dentes por nossos clientes para garantir mudanças significativas.



lêmen

Comércio de armas, CAAT

O Leigh Day representou a Campaign Against Arms Trade (CAAT) em seu desafio à decisão do governo de continuar a licenciar a venda de armas para a Arábia Saudita. O governo continuou a conceder licenças apesar das sérias alegações e das evidências convincentes de que havia um risco claro de que as forças sauditas pudessem usar o equipamento para violar o Direito Internacional Humanitário (DIH) em seu bombardeio contínuo no Iêmen.



O Leigh Day argumentou que a decisão de conceder as licenças era contrária à lei, pois o Secretário de Estado para o Comércio Internacional tem o dever de recusar pedidos de licença se houver um "risco claro" de que as armas "possam" ser usadas em "uma violação grave do DIH".

O tribunal decidiu que o procedimento do governo para conceder licenças para exportar armas para a Arábia Saudita era ilegal. Em sua sentença, o Master of the Rolls concluiu que era "irracional e, portanto, ilegal" que o Secretário de Estado tomasse decisões sobre pedidos de licença de exportação sem fazer pelo menos alguma avaliação sobre se os incidentes passados constituíam ou não violações do DIH e, em caso afirmativo, se as medidas tomadas posteriormente significavam que não havia mais um "risco claro" de que futuras exportações pudessem fazê-lo. Os juízes disseram: "A questão de saber se havia um padrão histórico de violações do DIH ... era uma questão que precisava ser enfrentada." O Secretário de Estado do Comércio Internacional deve agora reconsiderar as licenças de acordo com essa abordagem jurídica correta.

Arábia Saudita

Comércio de armas, BAE Systems

O Leigh Day representou duas organizações – Campaign Against Arms Trade (CAAT) e The Corner House – que estavam contestando uma decisão do Diretor do Serious Fraud Office (SFO) de interromper uma investigação sobre suposta corrupção na venda de armas para a Arábia Saudita pela BAE Systems.



“Ninguém, seja dentro ou fora deste país, tem o direito de interferir no curso de nossa justiça. É a falha do governo e do réu em ter esse princípio essencial em mente que justifica a intervenção deste tribunal.”

Juiz Moses

A BAE estava preocupada com a possibilidade de perder uma grande venda de armas sauditas se a investigação não fosse interrompida e fez lobby junto ao governo do Reino Unido para que ela fosse abandonada. A Arábia Saudita ameaçou cancelar o acordo de armas e retirar a cooperação diplomática e de inteligência se a investigação fosse adiante. Em abril de 2008, em uma decisão histórica, a Tribunal Superior de Londres determinou que o diretor da SFO havia agido ilegalmente ao interromper a investigação. Em seu julgamento, que foi altamente crítico em relação ao governo, Lord Justice Moses declarou:

Em julho de 2008, a Câmara dos Lordes anulou a decisão, concluindo que, embora “seja extremamente desagradável que um funcionário público independente se sinta obrigado a ceder a ameaças de qualquer tipo”, a decisão era uma decisão que o Diretor do SFO tinha o direito legal de tomar, dada a ameaça à segurança nacional.

Apesar dessa decisão, o CAAT afirmou que o caso teve um grande impacto sobre as percepções do público em relação ao comércio de armas, tornando mais difícil para o governo intervir de maneira tão flagrante em nome da BAE novamente e aumentando a conscientização sobre a questão da influência das empresas de armas no governo.

Palestina

Gaza, comércio de armas

O Leigh Day representa a Oxfam em sua intervenção em uma contestação legal à decisão do governo do Reino Unido de continuar a licenciar a venda de armas para Israel.

O caso foi apresentado pela Global Legal Action Network e pela Al-Haq, uma organização

palestina independente de direitos humanos. Ele questiona a concessão contínua de licenças para a exportação de armas e equipamentos militares para Israel para uso em Gaza, apesar das sérias alegações e das evidências convincentes de que há um risco claro de que as forças israelenses possam usar o equipamento para violar o direito humanitário internacional. A audiência deverá ser realizada na Tribunal Superior de 8 a 10 de outubro de 2024.

Como uma organização humanitária que opera em Gaza, a Oxfam recebeu permissão do tribunal para apresentar provas e apresentar argumentos legais sobre os ataques e a destruição de serviços públicos e objetos indispensáveis à vida civil por parte de Israel (particularmente projetos críticos de infraestrutura de água construídos pela Oxfam), esforços para negar ou impedir a passagem de assistência humanitária e ataques a trabalhadores humanitários.

As evidências da Oxfam são altamente relevantes para uma avaliação do risco de não conformidade de Israel com as leis humanitárias internacionais e o compromisso de Israel de cumprir a obrigação de não negar arbitrariamente o acesso à assistência humanitária. Esses dois aspectos são fundamentais para avaliar se o licenciamento da venda de armas deve continuar.

A Oxfam interveio anteriormente em um caso apresentado pela Campaign Against Arms Trade (CAAT), que questionou a concessão de licenças de exportação pelo governo do Reino Unido para a venda de armas à Arábia Saudita, envolvida na guerra no Iêmen. O Tribunal de Apelação decidiu que o procedimento do governo para conceder licenças para exportar armas para a Arábia Saudita era ilegal. A CAAT foi representada pela Leigh Day em sua contestação legal.



Etiópia

Dinheiro de ajuda e abusos de direitos humanos, Sr. O

O Sr. O, um fazendeiro etíope, alegou que o dinheiro da ajuda britânica estava sendo usado para financiar um programa controverso de “aldeamento” ligado a violações de direitos humanos, incluindo despejos forçados e violentos de moradores de suas terras.

Em março de 2015, atuando em nome do Sr. O, o Leigh Day levou o governo britânico ao Tribunal Superior de Londres por causa do financiamento do esquema. Posteriormente, o governo anunciou que estava interrompendo todo o financiamento de ajuda ao programa, embora tenha negado que a decisão estivesse diretamente ligada à “villagisation” ou ao caso do Sr. O.

Nosso cliente ficou muito satisfeito com o resultado, que, esperamos, ajudará a garantir que a ajuda do Reino Unido para o desenvolvimento no exterior não seja usada para financiar programas vinculados a violações de direitos humanos no futuro.

Chile

Extradicação, o caso Pinochet

Em 1998, um juiz espanhol emitiu uma acusação contra o General Augusto Pinochet, presidente do Chile entre 1973 e 1990, por violações de direitos humanos.

Seu regime foi responsável pelo desaparecimento de mais de 3.000 pessoas e pela tortura de milhares de outras. Entre as vítimas estavam cidadãos espanhóis. Um mandado de prisão internacional foi emitido e um pedido de extradicação para a Espanha foi feito.

Pinochet, que estava em Londres recebendo tratamento médico na época, argumentou que, como ex-chefe de Estado, estava imune a processos e não deveria ser extraditado.

O Leigh Day representou a organização não governamental Human Rights Watch na apresentação de provas à Câmara dos Lordes para argumentar contra a concessão de imunidade processual a Pinochet.

Em janeiro de 1999, os Lordes decidiram que Pinochet não tinha direito à imunidade e poderia ser extraditado para a Espanha por crimes de tortura cometidos depois de 1988, ano em que o Reino Unido concordou em se vincular à Convenção das Nações Unidas contra a Tortura.

Embora a decisão final tenha reduzido o número de acusações criminais que Pinochet teve que responder, a decisão foi inovadora. Reconheceu o princípio de que os tribunais nacionais podem julgar casos de tortura e crimes contra a humanidade, mesmo que tenham sido cometidos em outro território e por líderes de outros Estados.



Afeganistão

Civis, direito à vida

Em 2019, o Leigh Day entrou com um processo de revisão judicial em nome de duas famílias afegãs cujos parentes foram baleados e mortos por forças especiais britânicas durante ataques noturnos na província de Helmand, no Afeganistão, em 2011 e 2012.

Foram apresentadas ações de revisão judicial de direitos humanos contra o governo britânico, alegando que ele não cumpriu suas obrigações de proteger a vida e de conduzir investigações imediatas e eficazes sobre as mortes de civis.

As alegações no centro das ações diziam respeito ao planejamento, à condução e às consequências dos ataques noturnos no Afeganistão pelas Forças Armadas britânicas e à possível responsabilidade criminal dos membros das Forças. As questões levantadas por esses casos foram particularmente significativas quando consideradas no contexto mais amplo de assassinatos ilegais sistêmicos de civis desarmados pelas forças especiais britânicas no Afeganistão.

As famílias em luto contestaram o fato de o governo do Reino Unido não ter investigado adequadamente as circunstâncias do assassinato de seus parentes, de acordo com o dever de investigação previsto no Artigo 2 (direito à vida) da Convenção Europeia de Direitos Humanos. No decorrer do processo, o Ministério da Defesa foi obrigado a divulgar registros militares internos que sugeriam que preocupações contemporâneas sobre mortes ilegais haviam sido levantadas dentro das Forças Especiais, que o problema poderia ser generalizado e envolver centenas de incidentes, e que não havia sido devidamente investigado e talvez até encoberto. Diante dessas novas evidências, o governo do Reino Unido concedeu o processo de revisão judicial e concordou em estabelecer uma investigação pública independente. O inquérito estatutário está sendo presidido pelo Lord Justice Haddon-Cave e seus termos de referência exigem que ele analise



Uma investigação conjunta da BBC Panorama e do Sunday Times expôs alegações de má conduta grave das Forças Britânicas no Afeganistão, incluindo possíveis crimes de guerra.

a atividade das Forças Especiais do Reino Unido na condução de operações de detenção deliberada (DDO) no Afeganistão durante o período de meados de 2010 a meados de 2013; as preocupações e alegações feitas em relação a atividades ilegais durante essas operações, incluindo alegações de assassinato; e a adequação da resposta do MOD e as investigações da RMP sobre tais alegações. O Inquérito iniciou as audiências em outubro de 2023. O Leigh Day representa as famílias afegãs em luto que estão participando do Inquérito. As alegações no centro das ações são da maior gravidade em relação ao planejamento, à condução e às consequências dos ataques noturnos no Afeganistão pelas Forças Armadas Britânicas e à possível responsabilidade criminal dos membros das Forças.

As questões levantadas por esses casos assumem um significado especial quando consideradas no contexto mais amplo de alegações confiáveis e amplamente divulgadas de assassinatos ilegais sistêmicos de civis desarmados pelas forças especiais britânicas no Afeganistão.

[Terceiro dia 11 de outubro de 2023 Audiência de abertura – Inquérito independente relacionado ao Afeganistão \(ia.independent-inquiry.uk\)](https://tinyurl.com/y5f8ew6m)
<https://tinyurl.com/y5f8ew6m>



Chipre

Refugiados, R (Bashir & Ors) v Secretary of State for the Home Department

Em 2019, o Leigh Day resolveu um caso em nome de seis famílias de refugiados que estavam presas há mais de 20 anos em uma base militar britânica no Chipre. Os Requerentes naufragaram em 1998 quando cruzavam o Mediterrâneo em um barco de pesca operado por traficantes de pessoas.

Os reclamantes desse caso foram parar em um trecho da costa cipriota que faz parte da Área de Base Soberana administrada pelos britânicos. Eles estavam fugindo de conflitos, incluindo os do Iraque e do Sudão, e tentavam fazer a travessia do Líbano para a Itália para pedir asilo.

Os Requerentes foram reconhecidos como refugiados em 2000, mas o governo britânico negou a responsabilidade por eles, alegando que a Convenção sobre Refugiados não se aplica à Área de Base Soberana. O Chipre também não aceitaria a responsabilidade pelos Requerentes porque eles haviam chegado ao território britânico.

O governo britânico abrigou as famílias em alojamentos militares abandonados na base, que deveriam ter sido demolidos em 1997 e que, em 2008, descobriu-se que haviam sido construídos com amianto.

A remota Richmond Village, como o assentamento era conhecido, não tinha comodidades públicas e estava em completo estado de degradação.

As famílias ficaram com acesso limitado à assistência médica e o pouco apoio financeiro que recebiam foi cortado pelo governo britânico em 2017.

O governo britânico também havia destruído anteriormente um prédio que era usado como escola para educar as crianças refugiadas.

O governo britânico negou a responsabilidade pelos refugiados e argumentou que a Convenção sobre Refugiados de 1951 não se estendia à Área de Base Soberana. Os requerentes contestaram na Tribunal Superior a decisão do Home Secretary de recusar-lhes a permissão de entrada no Reino Unido. Os

Requerentes foram bem-sucedidos no Tribunal Superior de Londres em 2015 e no Tribunal de Apelação em 2017.

O governo britânico recorreu novamente à Suprema Corte e uma decisão provisória foi proferida em 2018, confirmando que a Convenção sobre Refugiados se aplicava às bases militares.

No final de 2019, pouco antes de uma audiência final na Suprema Corte, o governo britânico finalmente aceitou a responsabilidade pelos Requerentes, mais de 20 anos depois de terem sido abandonados, e concedeu aos Requerentes licença indefinida para entrar no Reino Unido. Todas as famílias já se mudaram para o Reino Unido e começaram uma nova vida no país.



Um cliente do Chipre que conseguiu obter licença por tempo indeterminado para entrar no Reino Unido.

Diego Garcia

Solicitantes de asilo, Território Britânico do Oceano Índico (“BIOT”)

O Leigh Day foi instruído por um grupo de requerentes de asilo da etnia tâmil que estão detidos em um purgatório perpétuo na ilha militarizada de Diego Garcia desde outubro de 2021, depois que o barco em que viajavam ficou em perigo no Oceano Índico.

Desde sua chegada à ilha, que faz parte de um arquipélago atualmente conhecido como “Território Britânico do Oceano Índico”, nossos clientes foram detidos em um acampamento cercado e vigiado e alojados em tendas.

A agência de refugiados das Nações Unidas, o ACNUR, concluiu que Diego Garcia não é um local adequado para que nossos clientes sejam mantidos por um longo período após uma visita ao local pela ONU em novembro de 2023. Em março de 2022, a ex-PM, Liz Truss, pediu que nossos clientes fossem trazidos para o Reino Unido para sua própria segurança. Essa solicitação foi aparentemente ignorada e nenhuma solução adequada de longo prazo foi proposta pelo Foreign, Commonwealth and Development Office (“FCDO”) ou pela BIOT Administration (“BIOT”).

O Leigh Day atua em uma série de litígios em nome das pessoas presas na ilha, inclusive em pedidos de proteção internacional. Em 2023, nossos clientes foram bem-sucedidos em um desafio de revisão judicial nos Tribunais da BIOTA, que determinou que a BIOTA tinha a obrigação de fornecer assistência jurídica a nossos

clientes. O Leigh Day também foi bem-sucedido em uma revisão judicial que questionava a imparcialidade do processo da Administração BIOT para determinar se nossos clientes poderiam ser devolvidos com segurança ao Sri Lanka.

Para aqueles que a Administração do BIOT determinou que não podem ser devolvidos ao Sri Lanka, o Leigh Day agora atua em uma ação que questiona a falha do Ministro das Relações Exteriores do Reino Unido em realocar prontamente esses clientes em um terceiro país seguro.

Uma equipe jurídica do Leigh Day viajará para Diego Garcia em julho de 2024 para uma audiência de revisão judicial que determinará se o grupo de solicitantes de asilo, que inclui cerca de 15 crianças, está sendo detido ilegalmente no complexo cercado. Entendemos que essa será a primeira audiência de revisão judicial a ser realizada na ilha. O departamento de ações de grupo internacional do Leigh Day é instruído em uma acação de grupo contra o Comissário por danos causados aos requerentes desde sua chegada a Diego Garcia.

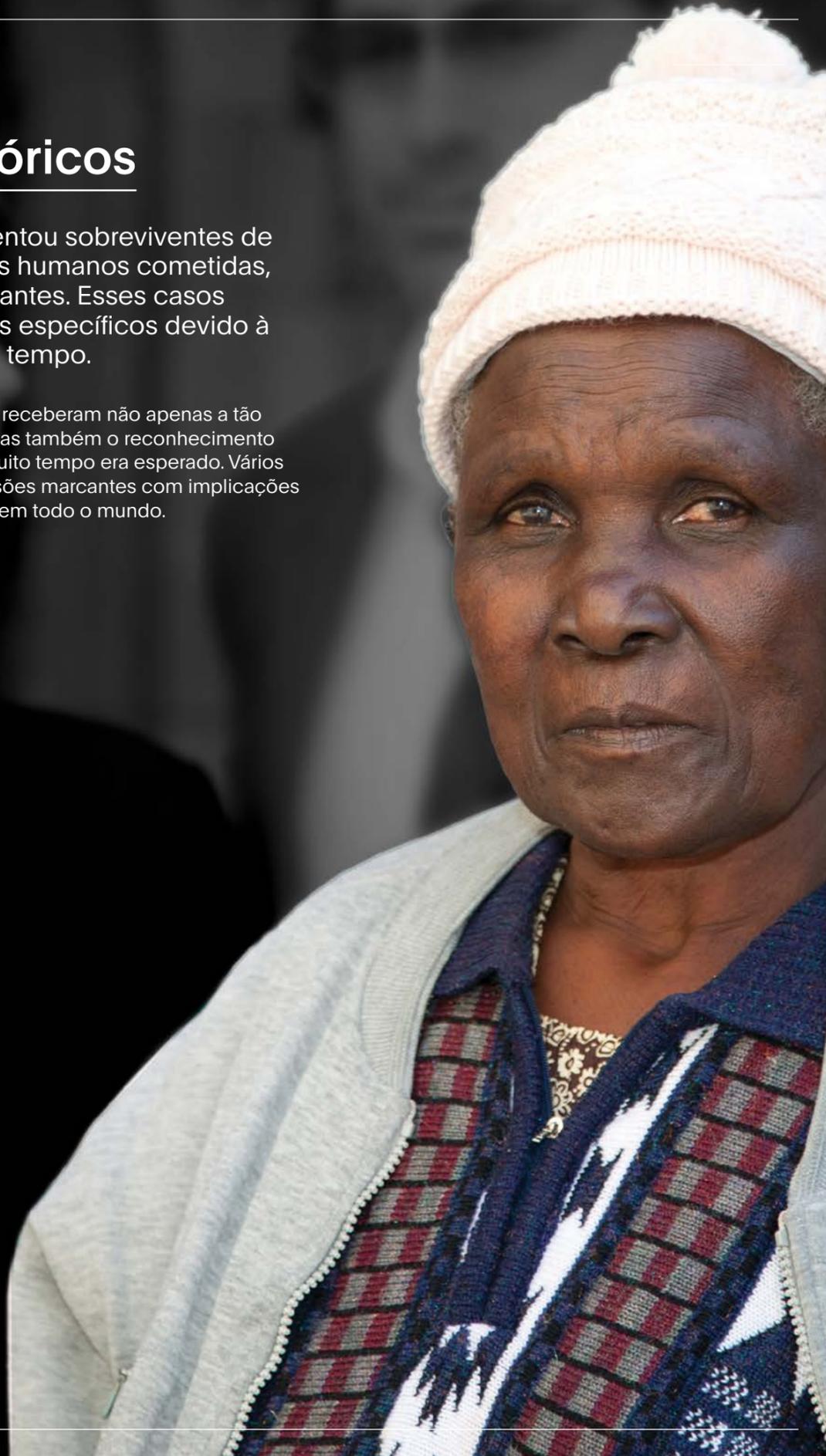


Clientes participando de um protesto silencioso contra sua detenção e tratamento em Diego Garcia.

Casos históricos

O Leigh Day representou sobreviventes de violações de direitos humanos cometidas, por vezes, décadas antes. Esses casos apresentam desafios específicos devido à longa passagem do tempo.

Alguns de nossos clientes receberam não apenas a tão necessária indenização, mas também o reconhecimento do dano sofrido, que há muito tempo era esperado. Vários casos resultaram em decisões marcantes com implicações para outros sobreviventes em todo o mundo.



Japão

Prisioneiros de guerra, soldados britânicos

Na década de 1990, o Leigh Day representou milhares de ex-prisioneiros de guerra britânicos detidos em campos japoneses. Em novembro de 2000, o governo britânico concordou em fazer pagamentos voluntários de £10.000 para cada britânico sobrevivente mantido prisioneiro pelos japoneses durante a Segunda Guerra Mundial. Mais de 20.000 ex-prisioneiros de guerra e internados receberam indenização.



Ex-prisioneiro de guerra britânico em Mall, Londres.

Alemanha

Prisioneiros de guerra, civis poloneses

Em 1999, a Federação de Poloneses da Grã-Bretanha solicitou ao Leigh Day que trabalhasse com eles para mover uma ação contra o governo alemão em nome de ex-trabalhadores escravos na Alemanha nazista. Também foram abertos processos nos EUA contra empresas alemãs. Posteriormente, o Leigh Day entrou em negociações com os governos alemão e polonês e conseguiu resolver as ações em nome de ex-trabalhadores escravos na Alemanha nazista.

Quênia

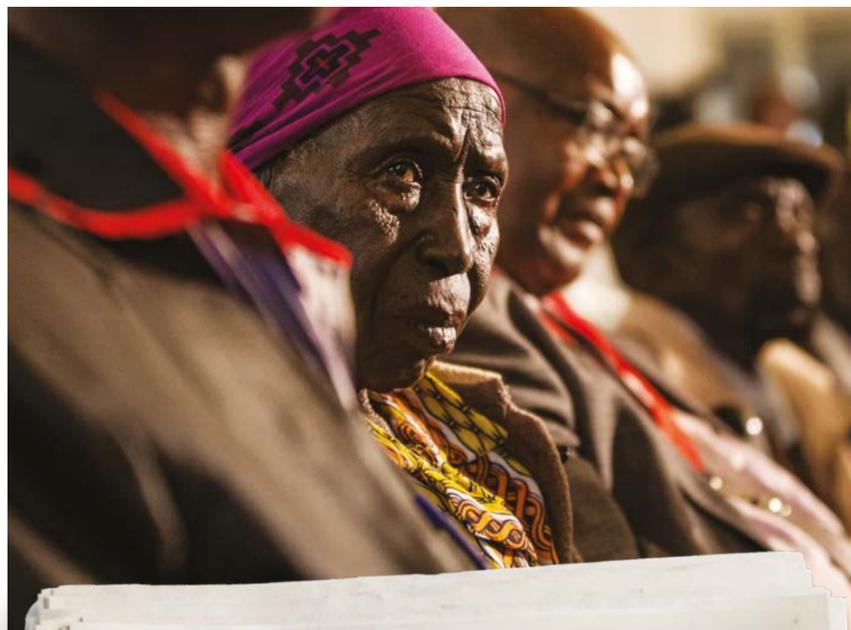
Tortura, Mau Mau

Em 23 de junho de 2009, o Leigh Day ajuizou cinco casos teste contra o governo britânico para obter indenização por suposta tortura durante a Emergência no Quênia (1952-1960). A tortura citada pelos cinco reclamantes quenianos incluiu castração, espancamentos sistemáticos e estupro.

O caso foi fortemente defendido pelo governo britânico durante um período de quatro anos, com o argumento de que a responsabilidade por esses eventos havia sido transferida para o Quênia e que eles haviam ocorrido há tanto tempo que as ações estavam prescritas. O Tribunal Superior de Londres decidiu contra o governo do Reino Unido em ambos os pontos. Um acordo foi finalmente alcançado e, em 6 de junho de 2013, o então Ministro das Relações Exteriores, William Hague, em uma declaração à Câmara dos Comuns, lamentou que milhares de quenianos tivessem sido submetidos à tortura e a outras formas de maus-tratos nas mãos da administração colonial britânica na década de 1950.

Ele anunciou que o governo britânico pagaria uma indenização aos 5.228 clientes do Leigh Day, bem como os custos brutos, no valor total de £19,9 milhões, e financiaria a construção de um memorial no Quênia para as vítimas de tortura da era colonial; esse memorial foi inaugurado no centro de Nairóbi em setembro de 2015.

Esse caso histórico foi a primeira vez que o governo britânico foi responsabilizado por abusos da era colonial. No decorrer do caso, como resultado das investigações feitas pelos requerentes, o Foreign and Commonwealth Office descobriu milhares de arquivos secretos da era colonial mantidos em seus arquivos. Os arquivos também continham documentos secretos da era colonial de 37 outras ex-colônias, incluindo Malásia, Chipre e Aden. Esses documentos estão sendo lentamente liberados para o domínio público, estimulando novas pesquisas sobre o domínio colonial britânico em todo o mundo.



Requerentes no Quênia – Requerentes se reúnem com a equipe do Leigh Day no Quênia – O sócio Daniel Leader se dirige a uma multidão de veteranos e vítimas no Hilton Hotel, no Quênia, enquanto o Alto Comissário Britânico faz sua declaração de pesar – Os Requerentes Principais e sua equipe jurídica do lado de fora do Tribunal Superior em Londres, em 2011 – Veteranos Mau Mau comemorando o acordo em 2013 – O sócio Martyn Day com os clientes Mau Mau, Ndiku mutual, Paulo Nzili e Wambugy Nyingi, em Londres – Membros da Associação de Veteranos da Guerra Mau Mau, no Quênia.



Gostaria de parabenizar todo o povo do Quênia e da Grã-Bretanha pelo anúncio inovador de que a Grã-Bretanha pagará uma indenização às vítimas quenianas de tortura e brutalidade da era colonial. Os advogados britânicos que representaram as vítimas do Quênia merecem um elogio especial.

Arcebispo Desmond Tutu, 2012

Quênia

Munições não detonadas, Maasai

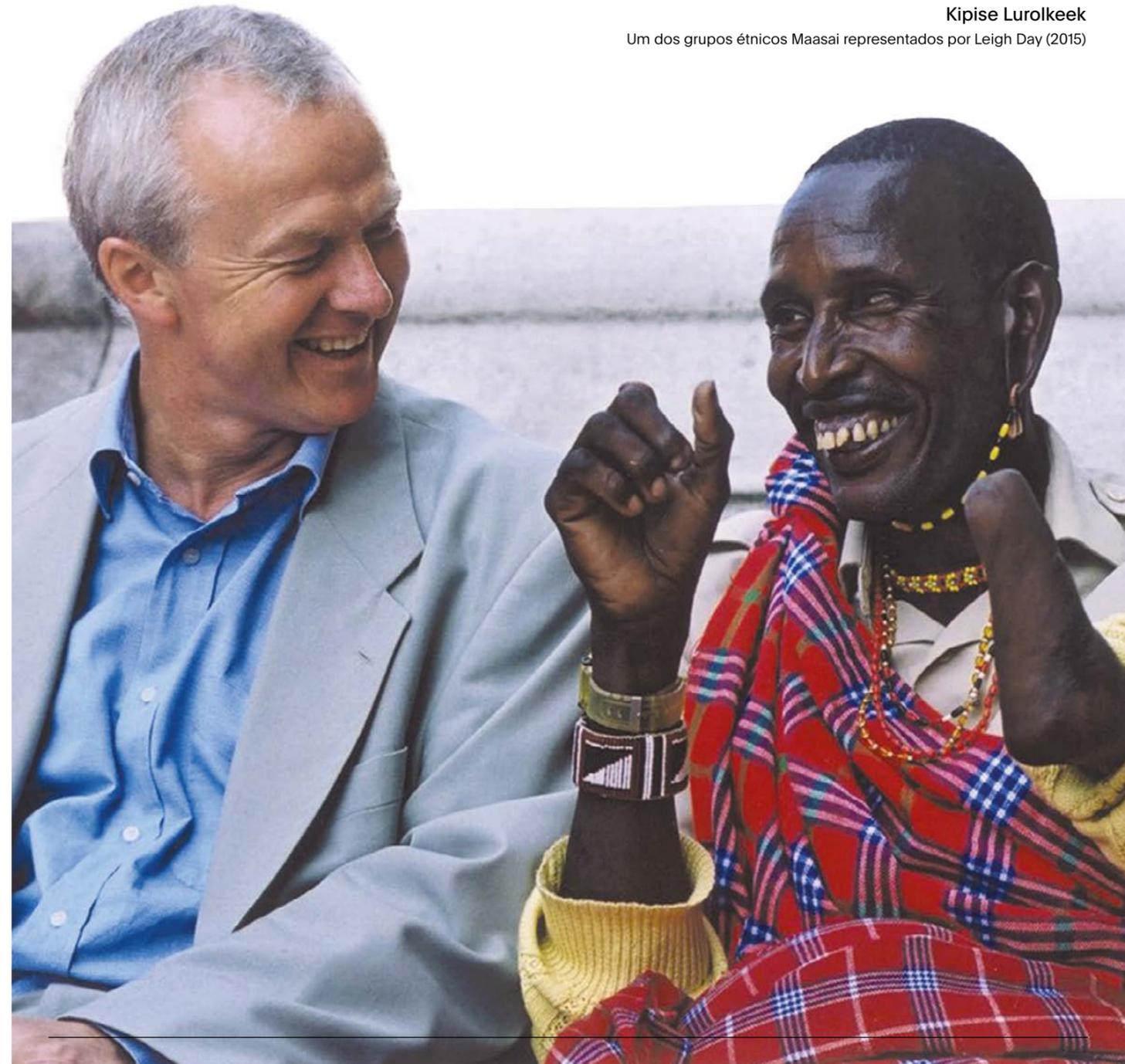
Em 2001, o Leigh Day representou 228 pessoas do grupo étnico Maasai que haviam sido gravemente feridas ou mortas por bombas não detonadas nos campos de treinamento do exército britânico na região central do Quênia. Essas ações foram concluídas em 2002, quando se chegou a um acordo com o Ministério da Defesa do Reino Unido. Pela primeira vez, o Ministério da Defesa aceitou a responsabilidade limitada pelas mortes e lesões, muitas delas envolvendo crianças, e concordou em pagar aos reclamantes um total de £4,5 milhões em indenização. Um acordo subsequente, em 2004, resultou na indenização de mais 1.100 quenianos pelo Ministério da Defesa.



“Esta é uma foto minha e de Martyn do lado de fora da Câmara dos Comuns quando fui à Inglaterra para a mediação de nossas ações. Eu nunca havia estado em uma cidade, muito menos viajado em um avião para Londres. Mas valeu a pena. Meus advogados obtiveram uma indenização do exército britânico pelo que aconteceu comigo. Finalmente, posso andar de cabeça erguida em minha comunidade.”

Kipise Lurolkeek

Um dos grupos étnicos Maasai representados por Leigh Day (2015)



Equipe internacional do Leigh Day

Richard Meeran

Sócio e chefe do departamento internacional

Richard é chefe da equipe internacional e é sócio desde 1991. Ele é especialista em litígios contra empresas multinacionais e tem atuado como advogado por 25 anos.

Seu trabalho transformou a lei sobre a responsabilidade de empresas controladoras multinacionais e garantiu a jurisdição do tribunal sobre elas. A noção de um dever de cuidado da empresa-mãe era nova quando Richard publicou pela primeira vez sobre o assunto e conduziu os primeiros casos de vítimas sul-africanas de envenenamento por mercúrio contra a Thor Chemicals. Esse princípio de dever de

cuidado é agora amplamente reconhecido, tanto legalmente quanto como uma questão de governança corporativa.

Os casos notáveis de Richard incluem o litígio de mineradores de amianto da África do Sul contra a Cape plc, a decisão histórica de jurisdição em *Connelly v Rio Tinto*, reclamações de vítimas de tortura peruanas contra a *Monterrico Metals* e os primeiros casos de teste bem-sucedidos e acordos de reclamações de silicose contra a *Anglo American* e a *AngloGold* por mineradores de ouro da África do Sul. Ele atuou em favor de aldeões tanzanianos baleados pela polícia no caso contra a *African Barrick Gold*. Ele obteve uma liminar de quebra de confiança para ativistas anti-amiante cuja rede foi infiltrada por um espião que trabalhava para uma empresa de inteligência corporativa. Atualmente, ele está atuando em favor de um grupo de camponeses colombianos que reivindicam uma indenização da *Amerisur* por suposta poluição de cursos d'água por petróleo. Ele também está trabalhando com advogados sul-africanos em uma possível ação coletiva por envenenamento por chumbo contra a *Anglo American South Africa* para milhares de crianças zambianas que vivem perto da mina de chumbo de *Kabwe*. Richard prestou depoimento ao Comitê de Direitos Humanos da Câmara dos Comuns sobre o assunto de negócios e direitos humanos e se apresentou em diversas conferências internacionais, inclusive em várias ocasiões nas Nações Unidas em Genebra como especialista jurídico em negócios e direitos humanos. Em 2002, ganhou o prêmio *Liberty/Justice Human Rights Lawyer of the Year* por seu trabalho.



Sapna Malik

Sócia e chefe do departamento internacional

Sapna é especialista em responsabilizar os serviços militares e de segurança britânicos. Os casos de Sapna decorrentes da guerra do Iraque incluem os de:

Baha Mousa, que foi morto ilegalmente sob custódia militar britânica; adolescentes que se afogaram enquanto estavam sob custódia militar britânica; e muitos homens cruelmente abusados pelas forças britânicas durante o notório incidente em *Camp Breadbasket*. Ela liderou o litígio movido por mais de 900 cidadãos iraquianos contra o Ministério da Defesa britânico, em relação ao qual foi proferida uma sentença histórica em 2017.

Sapna atuou em favor do ex-detento da Baía de Guantánamo, *Binyan Mohammed*, do dissidente líbio *Sami al Saadi* e de sua jovem família, em suas reclamações bem-sucedidas contra os serviços de segurança britânicos por suposta cumplicidade em suas entregas extraordinárias e tratamento ilegal por parte de países estrangeiros. Em 2018, Sapna obteve do Primeiro Ministro um pedido público de desculpas sem reservas para seus clientes *Abdul Hakim Belhaj* e sua esposa *Fatima*, pelo papel do governo do Reino Unido em sua detenção, entrega e sofrimento, inclusive pelo regime de *Gadaffi* na Líbia.

De 2015 a 2016, os casos internacionais de Sapna foram ouvidos na Suprema Corte do Reino Unido em cinco ocasiões. Sapna foi membro do Grupo Consultivo de Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores de 2010 a 2015. Em 2019, Sapna ganhou o prêmio *Law Society's Human Rights Solicitor of the Year Award*.



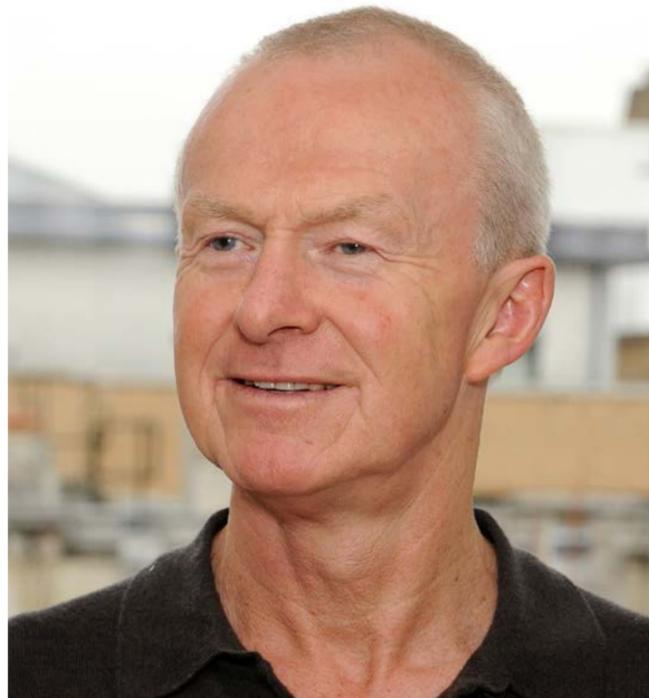
Martyn Day

Sócio sênior

Martyn liderou a equipe internacional nos casos contra a Trafigura, a Shell na Nigéria e a Vedanta na Zâmbia. Ele também atuou contra o governo britânico no caso Mau Mau, nos casos de ferimentos causados por munições no Quênia e em favor de ex-prisioneiros de guerra japoneses.

Martyn é coautor de "Toxic Torts", "Personal Injury Handbook", "Multi-Party Actions" e "Environmental Action": Um Guia do Cidadão". Ele participa regularmente de palestras, seminários e da mídia sobre questões ambientais.

Em 2014, a Modern Law lhe concedeu um prêmio por "Outstanding Achievement" e a Universidade de Warwick concedeu a Martyn um doutorado honorário em direito. O porta-voz da Universidade disse: "Martyn é identificado como uma estrela e descrito como, sem dúvida, um dos advogados ambientais mais bem informados e experientes do país."



Daniel Leader

Sócio

Dan é especialista em direitos humanos internacionais e direito ambiental, com foco especial em negócios e direitos humanos. Dan tem ampla experiência em casos contra empresas controladoras, ações coletivas complexas e ações de responsabilidade civil em massa, além de disputas internacionais e questões jurisdicionais. Seus casos incluem:

Rihan v EY Global Ltd [2020]. Uma ação de denúncia em nome de um ex-sócio da EY que se recusou a sancionar um encobrimento de descobertas de auditoria sobre lavagem de dinheiro e minerais de conflito no comércio de ouro em Dubai.

Lungowe v Vedanta plc [2019] (com Martyn Day e Oliver Holland). Ações em nome de 1.826 agricultores zambianos decorrentes de danos ao meio ambiente causados por descargas nocivas da mina de cobre Konkola. A Suprema Corte estabeleceu os princípios jurisdicionais em ações transfronteiriças contra empresas controladoras.

Okpabi v Royal Dutch Shell plc [2018]. Ações em nome de duas comunidades nigerianas decorrentes de poluição sistêmica por petróleo pela subsidiária nigeriana da Shell.

AAA v. Unilever plc [2018]. Um caso em nome de 218 trabalhadores de chá do Quênia que alegam que a Unilever não os protegeu do risco previsível de violência étnica em 2007.

AAA v. Gemfields Ltd [2019]. Uma ação de 300 indivíduos por danos pessoais decorrentes de graves abusos de direitos humanos em uma mina de rubi no norte de Moçambique e em seus arredores.

The Bodo Community v. Shell Petroleum Development Company Ltd [2015] (com Martyn Day). Uma ação de uma comunidade de 30.000 nigerianos para indenização e remediação de suas terras, decorrente de grandes vazamentos de petróleo no Delta do Níger, que foi resolvida por £55 milhões em 2015. Outros casos incluem o histórico "Mau Mau litigation" (Mutua v FCO [2013]) que resultou em reparações para 5.000 vítimas de tortura da era colonial nas mãos das autoridades coloniais britânicas, The Baha Mousa Inquiry [2010] sobre tortura pelo exército britânico no Iraque.

Dan tem um interesse de longa data em políticas públicas de negócios e direitos humanos e foi membro especialista externo do Conselho Diretor do Governo do Reino Unido, que supervisiona a implementação das Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais (2014-17). Ele tem ampla experiência na África e morou no Quênia e no Congo (RDC), onde trabalhou com advogados locais em litígios estratégicos e questões de acesso à justiça. Ele recebeu o prêmio Sydney Elland Goldsmith do Conselho da Ordem dos Advogados por seu trabalho pro bono na África.



Oliver Holland

Sócio

Oliver é sócio do departamento internacional, onde se especializa em ações internacionais envolvendo negócios direitos humanos. Oliver trabalhou nos seguintes casos:

Em 2015, ele representou mais de 15.000 pescadores nigerianos pelas perdas e danos sofridos em decorrência de dois derramamentos de óleo ocorridos no final de 2008 na Comunidade Bodo, no Delta do Níger. A Shell concordou com um pacote de indenização histórico de £55 milhões para compensar os Requerentes.

Em abril de 2019, ele representou mais de 1.800 moradores da Zâmbia na Suprema Corte, onde os reclamantes obtiveram uma decisão histórica sobre jurisdição e responsabilidade da empresa-mãe, permitindo que as ações prosseguissem nos tribunais ingleses (*Lungowe & Others v Vedanta Resources plc & Konkola Copper Mines*). Atualmente, ele está representando esse grupo em relação às suas ações substantivas no Tribunal Superior de Londres.



Ele representou os serra-leoneses em uma ação judicial contra a Tonkolili Iron Ore Ltd em relação a alegações de que a empresa era cúmplice de abusos de direitos humanos pela polícia (*Kadie Kalma & Others v African Minerals Ltd & Tonkolili Iron Ore (SL) Ltd*). As ações foram a julgamento no início de 2018, o que incluiu a audiência do juiz com testemunhas em Serra Leoa.

Ele representou os trabalhadores de quebra de navios de Bangladesh em processos judiciais pioneiros contra empresas de navegação britânicas que enviam seus navios para Bangladesh para serem quebrados em condições extremamente perigosas (*Mohammed Edris v Zodiac Maritime* e *Hamida Begum* (em nome de MD Khalil Mollah) v Maran (UK) Limited).

Atualmente, Oliver está representando cerca de 2.000 produtores de tabaco de Malaui e seus filhos em sua ação contra a British American Tobacco Plc em relação a alegações de trabalho forçado e infantil em fazendas que fornecem tabaco para a empresa.

Tessa Gregory

Sócia

Tessa é especialista em casos de direito internacional e nacional de direitos humanos. Ela tem uma carga de trabalho variada, representando indivíduos e ONGs em alguns dos casos de direitos humanos mais desafiadores e de maior visibilidade da atualidade, e seu trabalho foi amplamente aclamado. Descrita como “extraordinária” pelos diretórios jurídicos, sua análise do diretório Legal 500 em 2020 observa que ela é “uma advogada pública de destaque que traz tenacidade, inteligência e uma riqueza de experiência para seus casos”. Os trabalhos internacionais recentes de Tessa incluem:



Diversas ações de direito público e privado relativas a abusos cometidos por militares britânicos no Afeganistão, incluindo supostas execuções ilegais de civis pelas forças britânicas e consequentes violações do dever de investigar, que são objeto de processos em andamento em *Saifullah v. Secretary of State for Defence*;

Representou o Relator Especial (Special Rapporteur) da ONU sobre Direitos Humanos e Combate ao Terrorismo em sua intervenção em um processo em andamento que contesta a decisão do Secretário de Estado do Ministério do Interior de retirar a cidadania britânica de uma jovem;

Representou com sucesso seis famílias de refugiados presas há mais de 20 anos em uma base militar no Chipre, em seu pedido de reconhecimento da Convenção sobre Refugiados pelo governo do Reino Unido e permissão para entrar no país. Esse caso, R (em nome de Tag Eldin Ramadan Bashir e outros) (*Respondents*) contra Secretary of State for the Home Department (*Appellant*), rendeu a Tessa o prêmio Times' *Lawyer of the Week*; *Song Mao* (et autres) contre (1) Tate & Lyle Sugar Industries; et (2) T & L Sugars Limited, une action en justice commerciale intentée au nom de 200 villageois cambodgiens.

Paul Dowling

Parceiro

Paul é especialista em litígios civis internacionais. Sua prática abrange direitos humanos, litígios ambientais, corrupção internacional e denúncia de irregularidades. Fontes descrevem Paul como “um excelente advogado” que é “incrivelmente dedicado” e demonstra “excelentes habilidades de lidar com clientes”. Desde que ingressou no Leigh Day, os casos notáveis de Paul incluem:

Atuação em nome de civis iraquianos em relação a alegações de tortura e abuso por parte de soldados britânicos. Representação de ex-membros das forças armadas em uma ação contra o MOD referente a um incidente de “fogo amigo” no Iraque (Allbutt & Ors v Ministry of Defence [2013] UKSC 41);

Atuação para um grupo de colhedores de chá do Quênia em relação a violações de direitos humanos durante a violência pós-eleitoral de 2007 no Quênia (AAA & Ors v Unilever PLC e Unilever Tea Kenya Ltd [2017-2018]. Representação bem-sucedida de um ex-sócio da Ernst & Young em julgamento que foi forçado a sair da empresa depois de levantar preocupações sobre lavagem de dinheiro e minerais de conflito nos Emirados Árabes Unidos (Sr. Amjad Rihan v Ernst & Young Global Ltd & Ors [2020] EWHC 910 (QB).

Paul fala espanhol fluentemente e tem um interesse especial nos impactos dos setores extrativistas na América Latina. Paul foi solicitado a fornecer pareceres especializados ao judiciário colombiano sobre questões de direito internacional relacionadas ao impacto de projetos do setor extrativista sobre os povos indígenas.

Paul também tem um grande interesse em questões relacionadas à corrupção e à responsabilidade nos setores de serviços profissionais e financeiros. Paul é autor colaborador do livro *Accountability, International Business Operations and the Law*, publicado pela Routledge em 2019.



Matthew Renshaw

Sócio

Matthew é advogado do departamento internacional do Leigh Day desde novembro de 2012.

Especializado em casos de responsabilidade corporativa, buscando responsabilizar empresas britânicas por graves violações de direitos humanos e danos ambientais ocorridos em outros países. Ele dedicou grande parte de seu tempo trabalhando em nome de indivíduos e comunidades nigerianas em ações judiciais envolvendo alegações de danos ambientais causados pelas operações da Shell no Delta do Níger. Isso inclui o trabalho em uma ação movida em nome da comunidade Bodo, que foi resolvida

em 2014, e o trabalho nos desafios jurisdicionais de Ogale e Bille, sobre os quais a Suprema Corte decidiu em fevereiro de 2021. Ele também trabalhou extensivamente em reclamações relativas a alegações de abusos de direitos humanos contra mineradores artesanais em minas de propriedade britânica, inclusive em Moçambique (em reclamações contra a Gemfields Limited) e na Tanzânia (em reclamações contra a Petra Diamonds Limited).



Melanie Jaques

Sócia

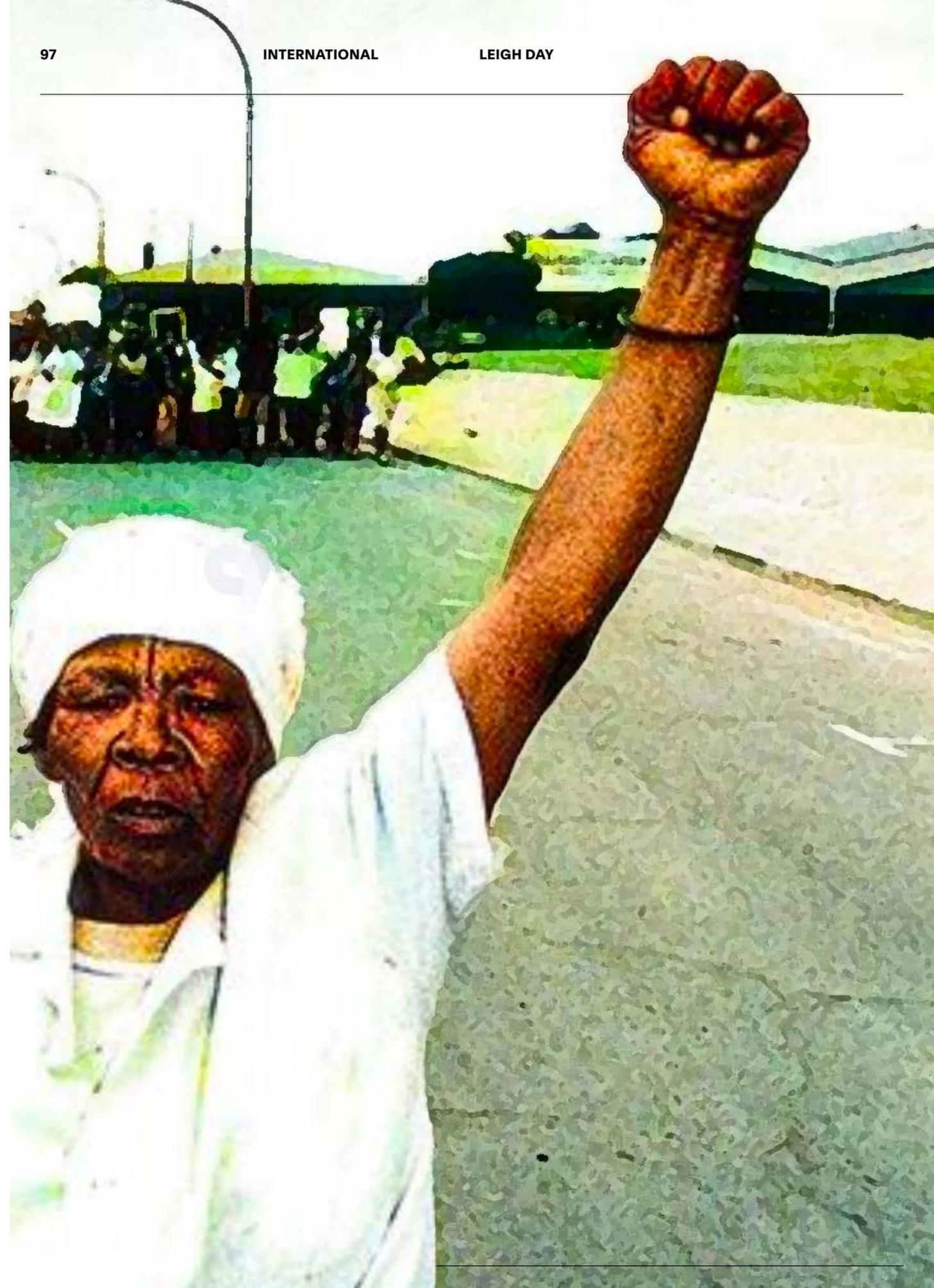
Melanie é especialista em direito internacional e ações decorrentes de guerras e conflitos armados. Ela esteve envolvida em alguns dos casos jurídicos mais importantes contra o governo britânico nos últimos tempos, incluindo:

O bem-sucedido litígio civil iraquiano em nome de centenas de cidadãos iraquianos contra o Ministério da Defesa Britânico por sua suposta detenção ilegal e/ou maus-tratos pelas Forças Britânicas no Iraque, incluindo o caso histórico de Alseran e Ors v Ministério da Defesa, no qual todos os quatro Autores foram considerados sujeitos a tratamento desumano e degradante e detenção ilegal em violação à Lei de Direitos Humanos e às Convenções de Genebra de 1949; Um caso contra os serviços de segurança do Reino Unido em nome de Abdul-Hakim Belhaj, um ex-dissidente líbio, e sua esposa grávida, levados ilegalmente para a Líbia de Gaddafi em 2004.



O caso foi resolvido fora do tribunal em 2018 e resultou em um pedido de desculpas sem reservas no Parlamento pelo Procurador-Geral em nome do Primeiro-Ministro. (Belhaj & Anor v SIS & Ors). Nos últimos anos, Melanie se especializou em casos de violência baseada em gênero, representando com sucesso trabalhadoras de plantações do Malawi em ações de indenização decorrentes de alegações graves de agressões sexuais e/ou assédio sexual sofridos durante o trabalho em plantações de chá e nozes de propriedade de empresas britânicas no sul do Malawi. Atualmente, ela está atuando em uma ação contra a Unilever Plc em nome de um grupo de mais de 80 mulheres quenianas que alegam ter sido submetidas a agressão sexual, assédio sexual e/ou outras formas de maus-tratos graves por homens que foram contratados para trabalhar nas antigas fazendas de chá da Unilever em Kericho, Quênia.

Melanie tem um doutorado em direito humanitário internacional. Seu livro, "Armed conflict and displacement: the protection of refugees and displaced persons under international humanitarian law", foi publicado pela Cambridge University Press em 2012. Antes de ingressar no Leigh Day, Melanie foi pesquisadora visitante e professora associada na Queen Mary, Universidade de Londres, onde lecionou Direito Internacional Público e Direito Internacional de Conflitos Armados.



Ultrapassando os limites, assumindo uma posição

O Leigh Day é um escritório de advocacia britânico que trabalha para indivíduos ou comunidades que foram prejudicados ou tratados de forma ilegal. Nossos especialistas internacionais em direitos humanos e meio ambiente representam pessoas em todo o mundo que lutam por justiça e desafiam poderosos interesses corporativos e governamentais.

Entre em contato conosco para uma discussão aberta e honesta



Leigh Day
Panagram
27, Goswell Road
Londres
EC1M 7AJ



+44 (0)20 3504 8519



international@leighday.co.uk



[@leighdayintl](https://twitter.com/leighdayintl)



leighday.co.uk



DX 53326 Clerkenwell

Publicado por Leigh Day © Fevereiro de 2025

A reprodução desta publicação, no todo ou em parte, sem a permissão do Leigh Day é estritamente proibida.